

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SARA DALPIAZ CARLOS

**OS “ZELADORES” DA DEMOCRACIA: AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA –
UM ALICERCE DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2017

Sara Dalpiaz Carlos

Os “zeladores” da democracia: Ação Democrática Renovadora – um alicerce da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dra. Caroline Silveira Bauer

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Carlos, Sara Dalpiaz

Os "zeladores" da democracia: Ação Democrática Renovadora - um alicerce da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul / Sara Dalpiaz Carlos. -- 2017. 68 f.

Orientadora: Caroline Silveira Bauer.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Ação Democrática Renovadora. 2. Anticomunismo . 3. Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul. 4. Redemocratização . 5. Think Tanks. I. Bauer, Caroline Silveira, orient. II. Título.

SARA DALPIAZ CARLOS

**OS “ZELADORES” DA DEMOCRACIA: AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA –
UM ALICERCE DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História.

Aprovada em: 17 de janeiro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Caroline Silveira Bauer (orientador)

Prof^a. Dra. Carla Simone Rodeghero

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2017

AGRADECIMENTOS

Para começar, não poderia deixar de agradecer em primeiríssimo lugar aos meus pais queridos que não deixaram o incentivo de lado nem por um segundo. Moldei-me através do privilégio de escutar histórias dos livrinhos que ganhava dos dois, assim sempre me incentivando à leitura. Desde a infância, priorizaram meus estudos e não hesitaram em aplaudir minha escolha de curso, formaram assim uma professora. Mãe e Pai, sem vocês nada seria possível, muito obrigada. Agradeço também a tia que considero como a mãe número dois: tia Neca, obrigada pelo incentivo desde criança a acreditar na construção de um mundo mais justo em pequenos passos. Vocês muito me inspiraram, e devo muito do que sou hoje a vocês.

Agradeço também a minha melhor amiga e irmã por escolha do coração, Linda, pelos ouvidos atentos – sempre prontos para ouvir minhas agruras e inquietações – e pela voz confortante que jamais permitiu que os tropeços me deixassem fora de combate. Obrigada, Lindalva.

Ao decorrer desta jornada no curso de História, conheci muitas pessoas que tornaram esta caminhada ainda mais especial. Certamente não é possível listar todos os nomes, no entanto, cada um(a) teve sua singular contribuição para a minha formação pessoal. Não poderia deixar de citar Alana, Andréia, Bruna, Marília e Roberta, mulheres fortes com quem muito aprendi e compreendi o significado do feminismo. Além delas, só tenho a agradecer aos meus amigos queridos do “Custódio”, Camila, Fábio e Guilherme, pela amizade sincera e cômica que construímos até aqui. Sem vocês escrever esta monografia tornaria meu trabalho mais trágico do que cômico, sem contar a constante ajuda em transcrever fontes ou modelar este trabalho. Agradeço também ao Thiago por me acompanhar em grande parte desta jornada e a Michelle e a Bárbara pela amizade e o apoio constante.

Não poderia deixar de agradecer aos queridos(as) chefes de todos os estágios extracurriculares que percorri, pois muito me incentivaram e puderam proporcionar experiências construtivas tanto para minha vida profissional, quanto para minha formação como pessoa. Um obrigada especial ao Fábio e a Carine.

Além disso, só tenho a agradecer aos colegas do APERS que acompanharam todo o meu processo de criação do trabalho de conclusão de curso. Obrigada a todos os meus colegas estagiários(as) pelos cafés com bolachas, à Viviane pelas manhãs de incentivo e em especial a pessoa que me acolheu no arquivo, minha amiga, Nôva, que possibilitou a construção deste trabalho histórico, além de muitas cantorias no show do Paul McCartney.

Por fim, gostaria de agradecer mais uma vez pelo incentivo constante da professora Caroline Silveira Bauer desde o início deste processo. Obrigada pela preocupação, disponibilidade, empatia e pelo imenso coração.

RESUMO

A presente pesquisa pretende apresentar a entidade Ação Democrática Renovadora (ADR), fundada em 1965, de caráter pedagógico e anticomunista, após o golpe civil-militar brasileiro. Baseado em sua atuação ideológica, pensaremos como o grupo compreendia o processo ditatorial, assim como o início da abertura política brasileira. Para tal, utilizaremos como fontes processos administrativos, jornais e transcrições de palestras oferecidas pela entidade. Em decorrência da composição dos membros da ADR estar dividida entre militares e civis, optamos pela utilização do termo “ditadura civil-militar” ao consideramos que o processo ditatorial brasileiro foi construído tanto por militares quanto por grupos civis. Este trabalho pensa a ADR como uma entidade anticomunista, mas considera a utilização do conceito *think tank* para sua complementação.

Palavras chave: ação democrática renovadora; anticomunismo; ditadura civil-militar; Rio Grande do Sul; *think tanks*; redemocratização.

LISTA DE SIGLAS

ABDD	Associação Brasileira de Defesa da Democracia
ACPA	Associação Comercial de Porto Alegre
ADR	Ação Democrática Renovadora
AP	Ação Popular
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEIS	Comissão Especial de Investigação Sumária
CMN	Conselho Monetário Nacional
DENTEL RS/SC	Departamento Nacional de Telecomunicações do RS e de SC
EPB	Estudos de Problemas Brasileiros
EUA	Estados Unidos da América
FARSUL	Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FEDERASUL	Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul
FIERGS	Fundação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPÊS	Instituto de Pesquisas Sociais
IPESUL	Instituto de Pesquisas Sociais do Rio Grande do Sul
IRGA	Instituto Rio-Grandense do Arroz
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
POLOP	Organização Revolucionária Política Operária
MCI	Movimento Comunista Internacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes

PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SINDILOJAS	Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre
SNI	Serviço Nacional de Informações
TVE/RS	TV Educativa de Porto Alegre
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UCF	União Cívica Feminina
UNDD	União Nacional de Defesa da Democracia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VPR	Vanguarda Revolucionária

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1. A constituição da Ação Democrática Renovadora durante a ditadura civil-militar.....	17
1.1 O surgimento da ADR.....	19
1.2 A união de civis e militares.....	23
1.3 Mais uma entidade anticomunista ou um grupo <i>think tank</i> ?.....	28
2. A atuação ideológica da Ação Democrática Renovadora pela “democracia”.....	34
2.1 O suporte midiático.....	37
2.2 Atividades pedagógicas: os Ciclos de Palestras.....	41
3. A ADR e o processo de redemocratização.....	46
3.1 A perspectiva da ADR sobre o processo de transição política.....	47
3.2 A transição política e o processo constitucional como uma ameaça à democracia.....	50
Considerações Finais.....	56
Fontes.....	58
Bibliografia.....	59
Anexos.....	64

INTRODUÇÃO

A obra de Daniel Aarão Reis *Ditadura e Democracia no Brasil*, de 2014, inicia com uma afirmação interessante. Para o autor, atualmente, a ditadura civil-militar brasileira estava fadada a condenação pela maioria da sociedade. Inclusive, Reis considera que a demonização deste período implicou em “varrer o passado para debaixo do tapete” e glorificar os novos valores democráticos que vieram após seu derradeiro suspiro. Ou seja, o imaginário popular acerca da ditadura estava pautado nos absurdos que ocorreram durante este período, como a violação constitucional de direitos, a censura, a privação de liberdade, o exílio político e, principalmente, na impetuosa violência em relação às mulheres e aos homens que resistiram a este período padecendo através de seus corpos em meio a sequestros, torturas e assassinatos. Ainda assim, a história recente do Brasil não vivenciou seu luto sistematicamente no que diz respeito ao processo ditatorial de 1964. É possível notar que a base democrática brasileira é frágil pelo discurso conservador que circula entre determinados grupos que ainda pregam em exaltação a volta das Forças Armadas.

Durante a votação do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016, o deputado federal Jair Bolsonaro dedicou seu voto a favor do *impeachment* ao primeiro militar reconhecido pela Justiça como torturador, Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, em plena Câmara dos Deputados.¹ Depois de mais de três anos, após a mudança do nome da Avenida Castelo Branco em Porto Alegre para Avenida da Legalidade, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul declarou nula a Lei Municipal nº 11.688/14 que substituíra o nome de um ditador pelo marco político que remetia à luta pela democracia brasileira através da Campanha da Legalidade,² em 2017. Estes acontecimentos ilustram um contexto em que políticos conservadores ganham espaço ferindo questões referentes aos direitos humanos, enaltecendo violadores do período ditatorial brasileiro e barrando a luta política contra a exaltação simbólica de ditadores. Em meio a este contexto, em meados de outubro de 2016, conhecemos a Ação Democrática Renovadora (ADR).

Iniciei um estágio extracurricular no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), em abril de 2016, a princípio para organizar o acervo da Comissão Estadual da Verdade (CEV). Com o encerramento e a liberação do acervo para pesquisa, iniciei uma nova

¹ ANTONELLI, Diego. Conheça o coronel Ustra, homenageado por Bolsonaro e chefe do temido DOI-Codi. *Gazeta do Povo*: 22 abril 2016. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/conheca-o-coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-e-chefe-do-temido-doi-codi-8sed82y14k1b2hnuu1yxk5pnb>>. Acesso em 13 dez. 2017.

² GAÚCHAZH. Justiça aceita recurso contra mudança de Avenida Castelo Branco para Legalidade. 01 set. 2017. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/09/justica-aceita-recurso-contra-mudanca-de-avenida-castelo-branco-para-legalidade-9885528.html>> Acesso em 13 dez. 2017.

atividade: o restauro de processos de solicitação de utilidade pública da Secretaria da Justiça. Para uma aluna da graduação em Arquivologia, seria uma atividade fundamental, entretanto, para uma aspirante a historiadora como eu, revelou-se um novo desafio. Apesar disso, essa nova ocupação poderia se converter em um novo campo de estudo e possibilidades através de novas fontes. Portanto, além dos procedimentos de higienização, desmetalização, elaboração de lombadas e costuras, registrava os documentos de utilidade pública que, por ventura, considerava pertinente como fonte histórica para a construção da história do estado.

Entre processos de entidades filantrópicas, organizações cristãs e fundações de times de futebol,³ eis que me deparo com a solicitação de utilidade pública de uma entidade com um nome um tanto intrigante: ADR, fundada em Porto Alegre no dia 13 de setembro de 1965 – um pouco mais de um ano após o golpe de 1964. Previamente, era inusitada uma entidade, em plena década de 1970, encaminhar um processo de utilidade pública fazendo alusão à palavra “democracia” em sua denominação ao considerar a situação política autoritária e ilegítima durante a ditadura civil-militar brasileira. Fiz uma breve investigação pela internet e havia pouquíssimos materiais de apoio acerca da entidade; sendo assim, conversei com a professora Caroline Silveira Bauer a respeito dos processos que havia encontrado, e ela também desconhecia a ADR. De acordo com o artigo 1º de seu Estatuto⁴, a ADR se apresentava como uma entidade cívico-patriótica independente de qualquer vínculo político-partidário ou credo religioso e tinha por finalidade

[...] a)propugnar pela estabilidade do regime democrático; b)lutar em prol da superação dos problemas sócio-econômicos brasileiros pelo processo democrático; c)combater as ideias extremistas, de modo especial o comunismo; d)combater a corrupção em quaisquer de suas manifestações (APERS/RS: Processo: 3283)

No processo em que a ADR solicita a declaração de utilidade pública, ela se exhibe como uma entidade pedagógica que visava levar o conhecimento às elites e ao público nos campos políticos, econômico e sociais através de um Ciclo de Palestras. Esse conhecimento estava pautado nas convicções políticas dos membros da ADR, de que 1964 marcava uma “Revolução”, e o comunismo era uma ameaça à ordem do país. Aos poucos, surgiram novas referências, livros dos Ciclos de Palestras promovidos pela entidade, colunas jornalísticas assinadas pela entidade - intitulada *Democracia em Ação* - e outras documentações no acervo do Arquivo Nacional. Tornava-se impossível não enxergar o discurso conservador emanado pela ADR no contexto político brasileiro atual. As fontes foram encontradas logo após o

³ Há uma publicação no blog do APERS sobre o acervo da Secretaria da Justiça. Disponível em <<https://arquivopublicors.wordpress.com/tag/declaracao-de-utilidade-publica/>> Acesso em: 16 dez. 2017.

⁴ O estatuto da ADR está listado no processo nº 3283 e encontra-se no APERS.

impeachment de uma presidenta eleita democraticamente em um período marcado pela manifestação de discursos conservadores e moralistas.

Sabemos que pesquisas acadêmicas referentes à ditadura civil-militar brasileira crescem consideravelmente nos últimos anos, entretanto sabe-se que ainda há inúmeras lacunas a respeito da história do Brasil neste período. No Rio Grande do Sul não seria diferente, considerando a primazia do eixo Rio-São Paulo em relação aos estudos da história brasileira. No entanto, este privilégio não significa que a história do Rio Grande do Sul esteja desvinculada da história nacional, uma vez que dispõe de um papel político importante para a composição da memória ditatorial brasileira, pois acreditamos que a entidade compõe o cenário político nacional e ocupou um lugar importante no meio social, tanto através da imprensa quanto por meio de palestras. Apesar da precária formação de arquivos para pesquisa no Rio Grande do Sul,⁵ há inúmeros livros de memórias de militantes de esquerda que se utilizam da história oral para narrar histórias de luta e resistência. Contudo, uma das lacunas que aos poucos está sendo preenchida, refere-se aos sujeitos que atuaram na concretização do golpe e na estruturação do período antidemocrático. Seriam apenas militares? Gradualmente, iniciei um levantamento de todos os indivíduos que atuavam tanto como membros da ADR quanto parcerias em palestras ou eventos. Não surpreendeu notar a ampla participação de membros das Forças Armadas no grupo, no entanto, percebemos que muitos dos sujeitos eram civis. Desse modo, nos perguntamos o que esta constatação significava em seu contexto e quais as contribuições da ADR, por meio da atuação civil, para a composição do esqueleto da ditadura civil-militar brasileira. Além de civis, constatamos que muitos eram empresários e, alguns deles, membros do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL),⁶ o representante do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS) no Rio Grande do Sul. Esta informação conduz a pesquisa para refletirmos também acerca da participação de grupos empresariais na estrutura da ditadura civil-militar brasileira.

⁵ RODEGHERO, Carla Simone. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Vestígios do passado: A história e suas fontes* (IX Encontro Estadual de História). Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008, p.5.

⁶ Através da dissertação de mestrado de Thiago Aguiar de Moraes, tivemos a informação de que havia membros do IPESUL na constituição da ADR. Além de sua fundação ocorrer na sede do IPESUL. Ver: MORAES, Thiago Aguiar. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 2012. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós Graduação em História, Área de concentrações de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS. Porto Alegre, 2012, p. 71-76.

Um dos textos temáticos do volume II anexado ao Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) aborda a respeito dos civis que colaboraram com o golpe civil-militar brasileiro. Segundo as apurações da CNV, o movimento militar estava articulado nacionalmente entre elites civis e militares,⁷ bem como ao setor privado nacional e estrangeiro, atuantes por meio de entidades civis como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas Sociais (IPÊS),⁸ além da colaboração de empresários no financiamento de estruturas de repressão.⁹ Essas informações validam o uso de termos que optamos por utilizar neste trabalho, como golpe e ditadura civil-militar, já que compreendemos que tanto o golpe quanto o período ditatorial, foram construído não somente por militares, mas também por grupos civis.

Logo, o principal conceito utilizado para esta monografia é o que se refere à ditadura como civil-militar. Conscientes de que há divergências entre historiadores sobre o uso do termo, “ditadura civil-militar”, como entre Daniel Aarão Reis¹⁰ e Carlos Fico,¹¹ a validação da nossa pesquisa depende diretamente da utilização deste termo, justamente pela contribuição de grupos civis membros da ADR em legitimar a ditadura civil-militar brasileira. Segundo Reis, há inúmeras pesquisas que confirmam a participação civil e não limitam a responsabilidade da construção da ditadura brasileira aos grupos fardados.¹² O livro *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*, premiado com o prêmio Jabuti em 2015 do historiador Pedro Henrique Pedreira Campos, confere ainda mais credibilidade em considerar a participação de civis, principalmente grandes empresários, tanto no processo de golpe civil-militar, quanto ao desenrolar da ditadura brasileira. Julgamos importante contribuir através da história da ADR para a análise da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul, além de colaborar com as pesquisas que consideram o papel civil durante este período.

Considerando os diferentes tipos de fontes encontradas, a escassez de estudos referentes à ADR e, cronologicamente, fontes de três décadas diferentes, nosso objetivo é apresentar a ADR ao longo de sua jornada no período ditatorial civil-militar, analisar sua

⁷ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade Parte II: As estruturas do Estado e as graves violações entre 1946 e 1988*. Brasília: CNV, 2014, p.314.

⁸ Ibid, p.316.

⁹ Ibid, p.329

¹⁰ Ver: REIS, Daniel Aarão. *A ditadura civil-militar*. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012.

¹¹ Ver: FICO, Carlos. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9 n. 20, jan/abr. 2017.

¹² MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo (org). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014, p.8.

atuação social e seu caráter ideológico e, ao final, concentrarmo-nos em um recorte temporal específico relativo aos apontamentos da entidade para o processo de redemocratização brasileiro a partir de 1979. Para um trabalho mais apurado e específico sobre cada tipo de fonte, seria necessário um pouco mais de dedicação do que demanda um trabalho de conclusão de curso. Para tal, utilizaremos um número variado de fontes, como jornais, processos administrativos e transcrições de palestras coletados ao longo da pesquisa. As fontes utilizadas são: três processos de utilidade pública do acervo do APERS referente à solicitação de utilidade pública (nº1544, 3283 e 4788), datados em 1978, 1980 e 1981; dois livros encontrados em sebos, contendo a transcrição do II e III ciclos de palestras, 1976 e 1977, respectivamente; material jornalístico que abrangem a década de 1960, 1970 e 1980, principalmente a coluna jornalística *Democracia em Ação*, entre 1967 e 1970 e, por fim, três documentos (nº15048, 12278 e 67048) do fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), localizados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

No decorrer do primeiro capítulo *A constituição da Ação Democrática Renovadora*, exploraremos os poucos trabalhos acadêmicos encontrados que citam a ADR de diferentes formas. Abordaremos acerca da origem do grupo e, com base na dissertação de mestrado de Thiago Aguiar de Moraes, destacaremos o vínculo entre a entidade e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (IPESUL). Em sequência, justificaremos o uso do termo civil-militar para as palavras golpe e ditadura, pautado em autores como Daniel Aarão Reis e Pedro Henrique Pedreira Campos para salientar, justamente, a presença de grupos civis no corpo da ADR, assim como a autora Denise Barbosa Gros para pontuar a presença de empresários gaúchos no grupo. Por fim, trazemos a problemática a respeito da conceituação da ADR como apenas um grupo anticomunista ou uma rede *think tank*, por meio de autores como Carla Simone Rodeghero e Rodrigo Patto Sá Motta, para moldar as características de grupos anticomunistas e, novamente, a autora Denise Barbosa Gros para averiguar o conceito de *think tank* que a autora propõe.

Baseado no termo, *ortodoxia terrorista*, do autor Pierre Ansart,¹³ o segundo capítulo *A atuação ideológica da Ação Democrática Renovadora pela “democracia”*, versa sobre a postura ideológica construída pela ADR através da sua atuação de caráter pedagógico, ao tratar de temas referentes a problemas políticos e socioeconômicos do país e sua contribuição para a prática da violência simbólica no país. Para observarmos a atuação ideológica da entidade, utilizaremos fontes jornalísticas referentes à coluna escrita pela ADR, intitulada

¹³ ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p.

Democracia em Ação, e as transcrições dos dois ciclos de palestras oferecidos pela entidade, II e III ciclo, datado em 1976 e 1977, respectivamente. Atrelado à análise das fontes, utilizaremos autores como Daniel Aarão Reis, Rodrigo Patto Sá Motta e Carla Simone Rodeghero, para construir o cenário que viabilizava a “missão pedagógica”¹⁴ proposta pela ADR. Analisaremos neste capítulo a ótica da ADR sobre a ditadura civil-militar, assim como as considerações do grupo sobre a democracia.

Por fim, avançaremos de maneira específica até 1979, quando é iniciado o processo de redemocratização brasileiro. Trataremos no último capítulo *A ADR e o processo de redemocratização*, acerca do período entre 1979 a 1988, quando foi promulgada a nova Constituição. Para tanto, examinaremos dois documentos *Ação Democrática Renovadora e o Momento Nacional*, de 1987, marcando a posição político-ideológica do grupo em relação à redemocratização e o panfleto *Alerta a Nação em Defesa da Democracia*, contendo um apelo acerca da idealização da nova Constituição, considerando que o grupo julgou sua prévia negativa para o país.

¹⁴ Este termo era utilizado pela própria organização para definir suas atividades de caráter pedagógico.

1. A CONSTITUIÇÃO DA AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

No centro histórico de Porto Alegre, entre cafés e bancas de revistas, havia um espaço cedido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul,¹⁵ no oitavo andar da Avenida Otávio Rocha, que acoutava um grupo de senhores empenhados em lutar pela democracia brasileira entre as décadas de 1960-1990, discutir questões em prol da superação dos problemas socioeconômicos brasileiros, opondo-se à corrupção e, por fim, mas não menos importante, combater as ideias “extremistas”, especialmente o comunismo.¹⁶ Fundada em 13 de setembro de 1965, a ADR se apresentava como entidade cívico-pedagógica independente de filiação político-partidária ou crenças religiosas. O grupo era composto por sócios gaúchos, militares e civis, empenhados em zelar pela democracia a partir dos ideais da “Revolução de 1964”.

Fortemente influenciado pelo vizinho norte-americano, mergulhado em um contexto bipolar norteado pela Guerra Fria, o Brasil estava a mercê de forças políticas liberais conservadoras dispostas a convencer a sociedade que era necessário barrar os avanços em relação às propostas de lutas e reformas sociais, por estar diretamente vinculado ao maior inimigo político daquele período: o comunismo¹⁷. Apesar de a fundação da ADR ocorrer em 1965, sua criação está inserida no contexto recente pós-golpe civil-militar e, com base nas fontes encontradas, acreditamos que provavelmente seus membros apoiaram sem ressalvas o golpe civil-militar que depôs João Goulart e, por consequência, fundaram a entidade com o intuito de elaborar um trabalho pedagógico em Porto Alegre. Além das reuniões entre seus membros para discutir temas de caráter socioeconômico, a “missão pedagógica” da entidade contribuía com a manutenção do golpe e baseava-se em intuir a população através de palestras e colunas de jornais, acerca da ameaça que o comunismo representava ao Brasil e propondo o combate à atuação subversiva.

A principal proposta deste capítulo está pautada na apresentação da ADR em seu contexto ao longo da ditadura civil-militar. Esta escolha tornou-se necessária em decorrência dos estudos referentes à entidade apresentarem-se como uma grande lacuna na história do Rio Grande do Sul, visto que encontramos poucos trabalhos acadêmicos que trazem informações acerca dela. Por conseguinte, não há pesquisas que explorem a história da entidade de maneira

¹⁵ Esta informação consta no processo de nº1544 em que o grupo mostra-se preocupado com a solicitação do Banco Central para a desocupação do espaço em 1979 (APERS/RS: Processo:1544).

¹⁶ Estas são as principais finalidades descritas pela Ação Democrática Renovadora contidas no 1º artigo do estatuto da entidade, anexados ao processo nº3283 em que a entidade encaminha a sua solicitação de utilidade pública (APERS/RS: Processo:3283).

¹⁷ LAMEIRA, Rafael Fantinel, 2012, p.63.

singular, haja vista que sua atuação é apenas referenciada na maioria dos trabalhos em uma análise mais detida. Logo, demonstra a importância em focar na dinâmica da entidade e na composição de seus membros. Tentaremos responder neste capítulo, questionamentos fundamentais para a compreensão da ADR como *o que era a ADR, qual a relação da ADR com o contexto de ditadura civil-militar e como ela atuava na sociedade gaúcha*. Por meio destes questionamentos, pensaremos se o grupo se enquadra como um grupo anticomunista ou como um *think tank*. Para tal, achamos necessário abordar no primeiro subtítulo deste capítulo, *O surgimento da ADR*, um pouco do funcionamento da ADR, além dos trabalhos encontrados sobre a entidade. Para tanto, como relatado na introdução, não encontramos fontes que tratem da atuação da ADR em seus primeiros anos. Os três processos de utilidade pública que tivemos acesso correspondem à década de 1970/1980, e a documentação do SNI também. A única fonte encontrada que se refere ao final da década de 1960 é a coluna jornalística assinada pela entidade. Felizmente, apesar de a bibliografia encontrada ser escassa, constam informações relevantes acerca da origem da entidade.

No próximo subtítulo *A união de civis e militares*, seguinte à apresentação da ADR, destacaremos a importância da escolha do termo “civil-militar” para a constituição deste trabalho em decorrência do grupo estudado ser composto não somente por militares, mas por um círculo considerável de civis, dentre eles empresários gaúchos. Julgamos necessário destacar que enquadrámos tanto o golpe quanto a ditadura em si como um processo não somente militar, mas também civil, visto que consideramos relevante a participação da população não vinculada às Forças Armadas no processo do golpe de Estado, como também na sustentação do processo antidemocrático brasileiro de 1964 a 1985. Trataremos de associações como a Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), a Fundação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e o IPESUL, para ilustrarmos esta convicção, visto que - apesar da ADR não atuar diretamente na economia do Estado ou não possuir, oficialmente, vínculo político - há semelhanças entre a composição ideológica destes grupos e, principalmente, na disposição de seus associados.¹⁸ Para esta análise, utilizaremos o levantamento que elaboramos durante a pesquisa de todos os indivíduos que de alguma forma se relacionaram com a ADR, seja como membro efetivo, ou através da participação em eventos ou palestras promovidas pela entidade.

Após tratarmos de pontos relevantes para compreender o contexto de formação da ADR e o grupo que a compunha, surge um impasse acerca de sua classificação, afinal de

¹⁸ Apontaremos membros do IPESUL que compunham a ADR, através da pesquisa de Thiago Aguiar de Moraes.

contas, a ADR enquadra-se como um *think tank* ou seria apenas mais um grupo anticomunista? Através das características ideológicas defendidas pela ADR, que abordaremos com mais afinco no segundo capítulo, entendemos que um dos principais focos deste grupo era o combate ao comunismo e a exaltação da “Revolução de 1964”, no entanto, percebemos algumas características que permitem pensar a ADR como um *think tank*. Portanto, refletiremos no subcapítulo *Mais uma entidade anticomunista ou um grupo think tank?*, se seria possível classificar a entidade apenas como uma entidade anticomunista pautada pela bipolarização da Guerra Fria, ou enquadrá-la também como um grupo *think tanks*.

1.1 O surgimento da ADR

A conjuntura internacional da Guerra Fria que marcava disputas ideológicas representadas pelas grandes potências do período - a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) com um projeto socialista, e os Estados Unidos da América (EUA), pautado no projeto capitalista liberal - influenciou diretamente no contexto político brasileiro. Isso permite a compreensão do golpe civil-militar a partir desta conjuntura de radicalização político-ideológica e permite dar sentido ao anticomunismo que era base do discurso do projeto político liberal conservador.¹⁹ A contaminação pelo medo em relação a um processo radical representado por João Goulart, somado ao exemplo da Revolução Cubana,²⁰ resultou no golpe civil-militar brasileiro, fortemente apoiado pelos EUA. O cenário estava pautado no princípio defensivo e no argumento de salvar a democracia, a família, o direito, a lei, a Constituição e os fundamentos que formavam a civilização ocidental e cristã.²¹ A partir dessas premissas, pode-se compreender o surgimento de uma entidade como a ADR após o golpe civil-militar.

Fundada em Porto Alegre ao final do ano de 1965, a ADR originou-se em um contexto pós-golpe civil-militar em que o medo em relação ao comunismo ainda vigorava no país com 37 sócio-fundadores.²² O governador do Rio Grande do Sul era Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD) e o último governador antes do Ato Institucional número dois (AI-2) que, entre suas determinações, extinguiu os partidos políticos existentes e estabelecia

¹⁹ LAMEIRA, Rafael Fantinel, 2012, p.64-65.

²⁰ REIS, Daneil Aarão, 2014, p.47.

²¹ Ibid, p.48.

²² MORAES, Thiago Aguiar, 2012, p.72.

eleições indiretas para a presidência da República.²³ O grupo apresentava-se como uma entidade cívico-patriótica, sem filiação político-partidária ou religiosa, e mostrava-se comprometido com os valores da “Revolução” de 1964, atuante através da organização de palestras e da mídia, através de uma coluna no jornal *Diário de Notícias*, intitulada *Democracia em Ação*²⁴. Acreditamos que o principal objetivo da ADR estava atrelado a homogeneização do pensamento de setores importantes da sociedade gaúcha através de práticas educativas, haja vista que, com frequência, as fontes encontradas ressaltam as atividades pedagógicas oferecidas pela entidade, como palestras e até mesmo cursos²⁵. O grupo era enfático ao afirmar que estava embutido de uma “missão pedagógica” para assim levar esclarecimento às elites e ao público nos campos político, econômico e social (APERS/RS. Processo nº3283). Como muitos grupos anticomunistas do período, as principais finalidades ideológicas²⁶ da ADR estavam direcionadas em preservar o “regime democrático” brasileiro, já que, para o grupo, o golpe civil-militar era a “Revolução” que salvaguardava a democracia da ameaça subversiva comunista, além de combater a corrupção e as ideias extremistas, em especial o comunismo. Logo, de acordo com as “palavras de encerramento” do II Ciclo de Palestras promovido pela entidade, a atuação pedagógica da entidade, pautava-se em

[...] esclarecer as elites e o público sobre os perigos que cercam a sobrevivência da Democracia e a necessidade da ação decisiva dos bons democratas no sentido de cooperar na sua defesa, bem como de aperfeiçoá-la cada vez mais, em busca de seus elevados objetivos do bem comum, do desenvolvimento integral, da justiça social, da paz social e da distribuição equitativa das riquezas. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA, 1976, p.143)

Em suma, os sócios da ADR se encontravam em reuniões semanais para a discussão de temas relacionados à situação social, econômica e política da sociedade brasileira pós-golpe civil-militar e subsidiavam a entidade com contribuições periódicas. A diretoria da ADR era organizada em cargos como, presidente, vice-presidente, 1º/2º secretários e 1º/2º tesoureiros. Além disso, contava também com um Departamento Cultural responsável pelas atividades pedagógicas²⁷ da entidade.

²³ CALICCHIO, Vera. *Verbetes: Atos Institucionais*. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>> Acesso em: 19 nov. 2017.

²⁴ A atuação da ADR na mídia é abordada no segundo capítulo.

²⁵ Um exemplo encontra-se no relatório da entidade relativo aos anos de 1976 e 1977 (APERS/RS: Processo: nº3283), pois há um tópico dedicado apenas para suas atividades pedagógicas como palestras e um curso oferecido somente para as mulheres de Estudos Brasileiros.

²⁶ Como o segundo capítulo está reservado para a compreensão ideológica da entidade, não aprofundaremos neste capítulo questões referentes a sua ideologia.

²⁷ Há mais informações acerca deste departamento no segundo capítulo.

Como pontuado anteriormente, não encontramos bibliografias que contemplassem a ADR em essência, apesar de a entidade ter atuado, através de sua sede no centro de Porto Alegre, durante 26 anos.²⁸ Felizmente, as fontes que encontramos suscitam informações essenciais para traçar boa parte da história da ADR e, apesar da escassa bibliografia, os materiais encontrados contribuem para elaborar sua origem no Rio Grande do Sul. A presente monografia utiliza essas fontes para reconstituir a ADR e sua atuação; a seguir, apresentaremos algumas obras que abordam parcamente a história da entidade, todavia apresentam informações de extrema relevância para a construção deste trabalho acerca da origem da ADR. Encontramos três autores que citam a ADR em seus escritos, Cláudio Damião Braun,²⁹ Maud Chirio³⁰ e Thiago Aguiar de Moraes³¹. Braun e Chirio³² citam a ADR brevemente, enquanto Moraes reserva aproximadamente seis páginas da sua dissertação de mestrado sobre o IPESUL, para tratar da entidade.

A dissertação de mestrado de Cláudio Damião Braun estuda as disputas políticas na cidade de Carazinho, no Rio Grande do Sul, entre o período de 1961-1964, em que uma coligação de partidos reuniu todos os partidos do município contra o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ao narrar à derrota do PTB nas eleições municipais de 1963, Braun afirma que a chapa de oposição ao PTB fora formada por partidos que teriam originado a ADR:

Assim iniciaram-se, no dia 25 de março de 1963, na sala da Câmara Municipal de Carazinho, as negociações para a formação de uma chapa de oposição ao PTB. Estavam presentes Francelino Dorneles e Otto Gerhart do PSD; João Xavier, Américo Michelini e Álvaro Vargas do PL; Alfredo Junges e Salvador Leal do PDC; Lindolfo Srdong do (PRP); José Moyses Marcondes, Homero Guerra e Felix Guerra da UDN; Mario Sanches, Eduardo Azambuja e Alcides Albuquerque Sobrinho do MTR. [...] A união dos partidos acima citados deu origem a Ação Democrática Renovadora (ADR). [...] A ADR, composta pelo: MTR, PDC, PRP, PL, PSD, UDN e PSP venceu as eleições municipais elegendo Keller com 548 votos de diferença. Assim a ADR ficou com 5.187 votos contra 4.639 do PTB. (BRAUN, Cláudio Damião, 2006, p. 80, 81 e 83)

²⁸ Por meio de uma consulta com o CNPJ (nº87.934.568/0001-68) da ADR, encontramos a informação de que extinção da entidade ocorreu em 31 de agosto de 1990 (APERS/RS: Processo: 3283). Disponível em <https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp> Acesso em: 19 nov. 2017.

²⁹ BRAUN, Cláudio Damião. “Todos contra o PTB”: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961/1964). 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2006.

³⁰ CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

³¹ MORAES, Thiago Aguiar. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 2012. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós Graduação em História, Área de concentrações de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS. Porto Alegre, 2012.

³² A autora classifica a ADR como uma associação de oficiais conservadores para tratar da paranoia anticomunista em seu livro, *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*, e citar brevemente sua atuação na imprensa na página 193. Como esta é a única informação que consta sobre a entidade em sua obra, optamos por não especificá-la no trabalho.

As fontes utilizadas por Cláudio Damião Braun acerca da ADR são do jornal *Noticioso* e citam a entidade como um grupo composto de vários partidos políticos que concorreram às eleições de 1963. No entanto, não podemos afirmar que a ADR de Carazinho, no ano de 1963, indicada por Braun, seja composta pelos mesmos membros que compunham a ADR analisada neste trabalho. A fundação da entidade é datada no dia 13 de setembro de 1965, dois anos após as eleições de Carazinho, portanto pode ser um indicativo de que a ADR de Carazinho não corresponde ao nosso objeto de pesquisa. Além disso, a ADR foi criada com o nome de “Movimento Democrático Brasileiro” (MDB), porém, devido à escolha do mesmo nome para o partido político de oposição ao governo ditatorial fundado em 1966, já inserido no sistema do bipartidarismo instaurado após o Ato Institucional nº2,³³ a entidade optou pela mudança de MDB para ADR³⁴. Assim sendo, não sabemos se havia conexão entre estes dois grupos de ADRs, mas, ainda assim, não desconsideramos a possibilidade da opção pelo nome ADR, decorrer por influência do grupo de Carazinho.³⁵

A importante pesquisa de René Armand Dreifuss³⁶ envolve a atuação de grupos anticomunistas irmãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)³⁷ na sociedade brasileira, e demonstra a influência determinante que esses grupos tiveram na constituição do golpe civil-militar brasileiro. O principal objetivo do IPÊS estava relacionado em desenvolver e coordenar estudos de caráter social através de pesquisas que contribuíssem com o progresso econômico e de bem-estar social do país, fato que deixava ao grande público a impressão de que o IPÊS era uma organização de caráter educacional.³⁸ No Rio Grande do Sul, o IPESUL constituía uma extensão do IPÊS atuante no estado, e entre seus membros havia representantes de vários setores do empresariado gaúcho.³⁹ Este fato aponta para um ponto interessante em relação a origem da ADR que se encontra na dissertação de mestrado de Thiago Aguiar de Moraes acerca do local em que o grupo foi fundado. De acordo com o autor, a ADR teria sido fundada

³³ Ver verbete no acervo do CPDOC, na opção verbete sobre o MDB; JÚNIOR, Olavo Brasil de Lima. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-democratico-brasileiro-mdb>> Acesso em: 19 nov. 2017.

³⁴ ARQUIVO NACIONAL/RJ; Processo: 1227.

³⁵ Atentamos que não foi possível averiguar se havia outras ADRs pelo Rio Grande do Sul e/ou pelo Brasil.

³⁶ DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981.

³⁷ Não desconsiderando a importância do grupo IBAD no processo antidemocrático brasileiro, para este trabalho, optamos em explorar somente o IPÊ e o IPESUL justamente pela relação direta com a ADR.

³⁸ DREIFUSS, René Armand, 1981, p.164.

³⁹ MORAES, Thiago Aguiar, 2012, p. 37.

na sede do IPESUL situada no Palácio do Comércio⁴⁰, fato que elucida a relação da pesquisa de Moraes sobre o IPESUL com a ADR. Eis que surge um fato relevante para entender a constituição da ADR através das relações sociais que a constituem, visto que é o ponto crucial para a compreensão de sua história social.⁴¹ Alguns dos sujeitos que compunham a entidade, eram membros do IPESUL, evidência que desperta a próxima análise deste capítulo sobre a participação civil de empresários gaúchos na constituição da ADR.

1.2 A união de civis e militares

Antes de desenvolvermos a respeito dos sujeitos que compunham a ADR, é essencial expormos que o cerne da nossa pesquisa está pautado pela concepção de autores como Daniel Aarão Reis e Carlos Fico⁴², que não consideram somente grupos militares como sujeitos responsáveis pela vitória do golpe de 1964 no Brasil. Portanto, concordamos com a percepção de que havia uma aliança entre civis e militares⁴³ que contribuiu para o golpe. Entretanto, apesar de não optarmos pelo aprofundamento no debate acadêmico acerca dos usos do termo *civil* na ditadura brasileira, consideramos importante pontuar que os autores Daniel Aarão Reis e Carlos Fico, apesar de concordarem com o termo golpe *civil-militar*, discordam em relação à expressão ditadura *civil-militar*. Para Reis, é impossível não notar as multidões que apoiaram a instauração da ditadura, mesmo com os embaraços referentes aos segmentos que aplaudiram a vitória e migraram para as oposições.⁴⁴ Já para Carlos Fico, é impreciso adjetivar a ditadura com o termo *civil*, ou *empresarial*, visto que a escolha do termo reduz a responsabilidade dos militares (FICO, Carlos, 2017, p.53).

Para a nossa análise, seria inviável não utilizarmos o termo *ditadura civil-militar*, pois acreditamos que, apesar das Forças Armadas ocuparem papel primordial no processo político antidemocrático brasileiro, os empresários contribuíram tanto para o golpe quanto para a estruturação da ditadura. Logo, a composição da ADR por não somente militares mas também

⁴⁰ Ibid, p. 72.

⁴¹ Sobre importância de escrever acerca da história das instituições através das relações sociais formadas e seus sujeitos, ver: HEINZ, F. M. ; KORNDORFER, A. P. .“Para que serve uma história social das instituições?” In: SOUTO, C.V.; KORNDÖRFER, A.P.; VIANNA, M; MORAES, T..(Org.). Espaços de saber e poder: instituições e seus agentes na perspectiva da história social. 1ed.Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2014, v. 1, p. 7-15.

⁴² Para Carlos Fico: “O golpe foi efetivamente dado (não apenas apoiado) por civis e militares e, portanto, é possível chamá-lo de civil-militar.” FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9 n. 20. p. 53. jan/abr. 2017.

⁴³ REIS, Daniel Aarão, 2014, p.47.

⁴⁴ REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012. Disponível em <<http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>> Acesso em: 23 nov. 2017

homens sem fardas, demonstra o interesse de um seletivo grupo de empresários gaúchos em zelar pela ditadura civil-militar ao promover na sociedade gaúcha debates pró “Revolução de 1964”, enobrecendo os militares que teriam “salvo” a democracia brasileira de uma suposta ditadura socialista e alertando a população em relação aos comunistas “subversivos” que ainda atuavam no país.

Consideramos a pioneira pesquisa de René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, dedicada em ressaltar a participação de empresários brasileiros no processo da ditadura civil-militar, ao analisar grupos como IPÊS e IBADE, de suma importância para a compreensão do processo político brasileiro durante o período antidemocrático a partir de 1964. Apesar de sua obra não desconsiderar a participação das Forças Armadas, ressalta o quanto a atuação do empresariado fora subestimada no processo ditatorial brasileiro,⁴⁵ demonstrando o quanto as ponderações de Dreifuss, há mais de vinte anos, mantêm-se elementares para a pesquisa da ditadura civil-militar no Brasil.

Ademais, Pedro Henrique Pedreira Campos esmiúça em seu livro⁴⁶ *Estranhas Catedrais – As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*, o universo empresarial das empreiteiras brasileiras durante a ditadura civil-militar. Sua pesquisa reforça a sólida relação deste grupo no processo de edificação da ditadura, evidenciando a atuação do empresariado na sociedade brasileira através de políticas públicas que facilitavam a exploração do trabalho e beneficiavam as empreiteiras brasileiras na obtenção de lucros.⁴⁷ Em suma, a pesquisa de Campos reforça ainda mais o nosso posicionamento referente a escolha do termo ditadura *civil-militar*.

Após estas considerações, trataremos acerca dos membros que compunham a ADR. Como a pesquisa a respeito da ADR é recente, não temos conhecimento de todos (as) sócios ou parceiros que estiveram ligados a ela. Contudo, desde o início da pesquisa – outubro de 2016 – optamos por construir uma lista de todos os indivíduos relacionados à entidade. Portanto, anexo a este trabalho há uma lista (tabela 01) contendo os nomes encontrados até então.⁴⁸ Há tanto membros efetivos quanto pessoas que palestraram ou participaram de eventos promovidos pela entidade.

⁴⁵ DREIFUSS, René Armand, 1981, p. 418.

⁴⁶ O livro de Campos é resultado de sua tese de doutorado. Ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Niterói, 2012. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>>.

⁴⁷ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira, 2017, p.355.

⁴⁸ Construimos esta listagem através das fontes que tivemos acesso sobre a ADR e a dissertação de mestrado de Thiago Aguiar de Moraes. Ver: MORAES, Thiago Aguiar. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista

Ao nos depararmos com fontes referentes à ADR, constatamos à primeira vista que muitos dos membros carregavam, ao lado de seus nomes, a devida referência às Forças Armadas, como coronel, sargento, general ou capitão. Não nos surpreendemos, visto o período histórico de ditadura em que a entidade habitou no Brasil. Conquanto, percebemos que muitos dos seus membros atuavam em outras áreas da sociedade, como no ramo empresarial e/ou intelectual. Esta constatação permitiu que enxergássemos a ADR através de outro viés: o grupo não era composto somente por militares que apoiaram o golpe de 1964, havia ali empresários e intelectuais gaúchos se posicionando a favor da “Revolução”.

Considerando o conceito de ditadura civil-militar, concordamos com Denise Barbosa Gros a respeito do posicionamento de alguns empresários gaúchos durante a ditadura civil-militar os quais justificavam o golpe como fundamental para a produção do país através do restabelecimento da ordem e tranquilidade

A atividade econômica, na visão dos empresários, só tem condições ótimas de desenvolvimento se o conflito latente na relação capital/trabalho é suprimido. Desta forma, qualquer reivindicação popular ou trabalhista é vista como nociva ao País, como “infiltração comunista”, subversão da ordem, ameaça de volta ao populismo, etc. E aqui, o País – a Nação – se confunde com a própria empresa: assim como não são aceitas as greves e a organização dos trabalhadores como formas de mediação do conflito com o capital – visto que, para os empresários esta relação deve ser harmônica –, também a Nação deve ser dirigida como uma estrutura isenta de conflitos, na qual a população deve aceitar as regras do jogo já estabelecidas, ainda que elas tenha, sido estabelecidas em benefício da iniciativa privada. (GROS, Denise Barbosa, 1987, p.96)

Sabe-se que grupos compostos por empresários como FARSUL, Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) e FIERGS representavam seus interesses frente ao Estado, e os acontecimentos de 1964 eram pautas desses grupos liberais conservadores. Eles tiveram relações diretas, de afinidade e influência política e ideológica com o governador Ildo Meneghetti na construção do golpe civil-militar.⁴⁹ Gros aponta para o impulso da FIERGS em conscientizar o empresariado gaúcho dos benefícios em apoiar as Forças Armadas

Durante o ano de 1964, as manifestações da entidade tinham um duplo sentido: de apoiar a “Revolução” e de conscientizar o empresariado gaúcho da importância de sua colaboração com as Forças Armadas, nos esforços de “(...) reorganização e reerguimento econômico do País, que acaba de emergir de uma grave crise política, da qual saíram vitoriosas as forças democráticas”, como consta na Ata de reunião conjunta da Diretoria e do Conselho de Representantes da FIERGS, de 15.04.64 (Relat. Anual FIERGS/CIERGS, 1964) (GROS, Denise Barbosa, 1987, p.60-61)

“Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 2012. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós Graduação em História, Área de concentrações de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS. Porto Alegre, 2012.

⁴⁹ LAMEIRA, 2012, p.117.

A “missão pedagógica” da ADR baseava-se em promover a estabilidade dos regimes “democráticos” e o combate ao comunismo, sendo assim, apesar de o grupo colocar-se como apartidário, acreditamos que a vinculação de alguns de seus membros com o IPESUL, a FEDERASUL e a FARSUL revele uma característica relevante em relação à posição política escolhida pela ADR através de seus membros.

Como dito anteriormente, os membros da ADR, fortemente pautados pelo imaginário anticomunista, mesclavam-se entre civis e militares. Para definirmos o grupo que configurava a ADR, pensamos que o termo “elite orgânica”,⁵⁰ elaborado por René Armand Dreifuss para descrever os líderes do complexo IPÊS/IBAD, pode ser transposto para o grupo em análise pela similaridade de sua composição. Além disso, sete membros da ADR frequentavam também pela seção regional do IPÊS do Rio Grande do Sul, o IPESUL. Sabemos que a ADR era composta por uma elite, tanto no setor militar, quanto no civil: empresários, universitários e políticos. Papéis ocupados por um grupo plural e seletivo de gaúchos que se reuniam para discutir questões que julgavam relevantes para a sociedade brasileira, dado que lutavam em prol da superação dos problemas socioeconômicos do país pelo processo democrático (APERS/RS: Processo: 3283).

Além da tabela 01 contida nos anexos deste trabalho, percebemos que seria proveitoso elaborar outra listagem em anexo (tabela 02) contendo alguns membros da ADR que se enquadram como empresários, ou intelectuais, ou universitários, para assim ressaltar a heterogeneidade dos sujeitos para além dos grupos militares. Dentre eles, há onze membros do setor empresarial, Fábio Araújo Santos,⁵¹ membro do conselho fiscal da ADR de 1979,⁵² como presidente da S/A Comércio e Indústria da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), presidente entre 1963 e 1970 e novamente em 198/81 da FEDERASUL; Paulo de Souza Jardim, sócio-fundador da ADR,⁵³ como diretor da FEDERASUL, membro do conselho administrativo do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) e presidente da

⁵⁰ DREIFUSS, René Armand, 1981, p.161.

⁵¹ Sobre Fábio Araújo dos Santos, encontramos no Departamento de Estado dos EUA, um documento contendo informações acerca de suas atividades no Brasil, justamente por ser considerado um homem importante no ramo empresarial gaúcho. O documento demonstra que Fábio Araújo dos Santos era considerado *a man to be watched and used with some caution but nevertheless is an extremely valuable and at times helpful contact*. Ver: Biographic Information: Fábio Araujo Santos, President of the Chamber of Commerce of Porto Alegre" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

⁵² APERS/RS: Processo: 1544

⁵³ Ver nota de rodapé: MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72.

FARSUL; Enio Aveline Rocha, vice-presidente em 1979 da ADR,⁵⁴ como presidente da FEDERASUL entre 1970 e 1976 e presidente em 1975 e vice-presidente em 1976 da ACPA; General Antônio Adolfo Manta, conselho fiscal e consultivo da ADR em 1987,⁵⁵ possivelmente presidente da Rede Ferroviária Federal em 1967;⁵⁶ Alécio Langaro Ughini, membro do conselho fiscal em 1979,⁵⁷ entre 1981 e 1983⁵⁸ e 1987⁵⁹ da ADR, como diretor-presidente da Ughini S/A e integrante da diretoria do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre (SINDILOJAS) e João Antônio Martinez, membro do conselho fiscal de 1979 da ADR,⁶⁰ como vice-presidente da ACPA em 1980.

Como já fora mencionado, a sede do IPESUL como berço de fundação da ADR não é mero acaso. Segundo Thiago Aguiar de Moraes⁶¹, são indicados pelo menos sete membros da ADR que compunham a instituição. Dentre eles, sabemos que dois estão diretamente ligados ao campo empresarial gaúcho – Fábio Araújo Santos, sócio-fundador e chefe do Departamento de Contato do IPESUL entre 1962 e 1964⁶² e Paulo de Souza Jardim, diretor do IPESUL entre 1968 e 1970.⁶³ Como a ADR interessava-se em cumprir sua “missão pedagógica”, principalmente através dos ciclos de palestras,⁶⁴ também havia membros inseridos nas universidades. A escolha dos palestrantes se dava justamente nos meios intelectuais e universitários, sendo critério seletivo a competência e a capacidade de comunicação (APERS/RS: Processo: 1544). Logo, como sócios da entidade, havia professores universitários como Dagmar Souza Pedroso⁶⁵, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),⁶⁶ Clóvis Stenzel⁶⁷, também professor da UFRGS,⁶⁸ Cláudio Candiota⁶⁹ como o primeiro diretor da Escola de

⁵⁴ APERS/RS: Processo:1979.

⁵⁵ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048.

⁵⁶ CORREIO DA MANHÃ. Indicador: Leopoldina. Rio de Janeiro: 2º caderno p.4, 4 de abril de 1967. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 22 nov. 2017.

⁵⁷ APERS/RS: Processo:1544.

⁵⁸ APERS/RS: Processo: 4788

⁵⁹ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048.

⁶⁰ APERS/RS: Processo: 1544.

⁶¹ Ver: MORAES, Thiago Aguiar, 2012, p. 71-76.

⁶² Ibid, p.72.

⁶³ Ibid, p. 71.

⁶⁴ Trataremos sobre os Ciclos de Palestras no próximo capítulo.

⁶⁵ Sócio-fundador da ADR, ver nota de rodapé: Ibidem, p.72.

⁶⁶ UFRGS. Nota de falecimento. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/filosofia/blog/2010/09/10/nota-de-falecimento/>> Acesso em 2 de novembro de 2017

⁶⁷ Sócio fundador da ADR, ver nota de rodapé: MORAIS, Thiago de Aguiar, 2012, p. 72. Também foi vice-presidente na gestão de 1987 (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048).

⁶⁸ Ver verbete no acervo do CPDOC na opção verbete do tipo biográfica: VERBETE. Clóvis Stenzel. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stenzel-clovis>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

⁶⁹ Sócio-fundador da ADR, ver nota de rodapé: MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, 72.

Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) em 1964⁷⁰ e João Pedro Ranquetat Papaléo,⁷¹ diretor da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da PUCRS.⁷² Em relação à esfera político-partidária, havia na ADR, Clóvis Stenzel como Deputado Federal entre 1967 e 1975 pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Ruy Cirne Lima⁷³ atuando como Secretário da Fazenda durante o governo de Ildo Meneghetti entre 1964 e 1965.⁷⁴ Mesmo que a ADR não fosse um grupo exclusivamente de empresários, assim como as instituições FIERGS, FARSUL ou FEDERASUL, e não se interessasse apenas por temas relacionados ao empresariado, consideramos que seus sujeitos interessavam-se pela direção política a qual o Brasil seguia, relacionada também ao rumo que o país percorria economicamente.

1.3 Mais uma entidade anticomunista ou um grupo *think tank*?

De acordo com Daniel Aarão Reis, havia um grande medo nutrindo-se em relação à subversão dos princípios e valores, visto que, o medo configurava-se no entendimento de que a civilização cristã ocidental estava ameaçada no Brasil pela sombra comunista (REIS, Daniel Aarão, 2000, p.27). Portanto, diretamente ligado às razões que levaram ao golpe civil-militar brasileiro e a criação da ADR, está justamente o amedrontamento em relação à representação do comunismo. Notamos este argumento em todas as fontes encontradas: nos processos, na coluna jornalística e nas transcrições de palestras subscritas pela ADR.

Após compreendermos o cenário após o golpe civil-militar - conjuntura de surgimento da ADR, percebermos quem eram seus sujeitos e notamos um impasse em relação a sua conceitualização. Julgamos conveniente pontuar que conceituar a ADR apenas como uma entidade anticomunista é insuficiente para defini-la. Sendo assim, identificamos o conceito *think tank* como contribuição para a compreensão da dinâmica da entidade, ou seja, não consideramos somente um conceito ou outro, reconhecemos a ADR como uma entidade anticomunista que flerta com algumas peculiaridades de grupos *think tanks*.

⁷⁰ EUSOUFAMECOS. Famecos perde o seu primeiro diretor. Disponível em <<http://eusoufamecos.net/portal/noticias/famecos-perde-seu-primeiro-diretor/>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

⁷¹ Primeiro tesoureiro da ADR em 1978 (APERS/RS: Processo: 3283).

⁷² JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. História da PUC (1978-1998). Porto Alegre: EDIPUCRS, v.3 p.116, 1999. Disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5963>> Acesso em: 25 nov. 2017.

⁷³ Membro da ADR em 1966 (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 2278).

⁷⁴ TATSCH, Caroline. Obra de Ruy Cirne Lima é destacada durante Encontro de Direito e Literatura. OAB-RS. Porto Alegre: 15 de agosto de 2015. Disponível em <<http://www.oabrs.org.br/noticias/obra-ruy-cirne-lima-e-destacada-durante-encontro-direito-literatura/18945>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

No próximo capítulo, teremos mais considerações sobre a relação da ADR com o comunismo, entretanto, é necessário salientar o primeiro artigo dos estatutos da entidade em decorrência de seu caráter anticomunista. Este artigo marca os quatro pontos que formam a raiz da ADR: a propugnação da estabilidade do regime democrático, a luta pelos problemas socioeconômicos brasileiros pelo processo democrático, o combate à corrupção e, finalmente, o combate às ideias extremistas, em especial o comunismo (APERS/RS: Processo: 3283). Nós percebemos a militância anticomunista da ADR ao longo de toda a pesquisa. A aplicação destes estatutos ocorria atrelada ao intuito pedagógico da entidade, observada através de uma coluna⁷⁵ publicada pela ADR no jornal *Diário de Notícias* e nas palestras que o grupo promovia.

Rodrigo Patto Sá Motta⁷⁶ alega que, durante a década de 1960, o governo João Goulart era visto como incapaz de conter a ameaça anticomunista e, por consequência, surgiram dezenas de organizações anticomunistas no Brasil.⁷⁷ O autor, no entanto, aponta que, apesar de estes grupos serem fundamentais para concretização do golpe civil-militar, a estruturação destas organizações moldou-se de maneira efêmera

O caráter fugaz e a forma como atuaram sugerem a forte impressão de que muitas não passavam de organizações “fantasma”, estruturas que só possuíam nome e meia dúzia de adeptos. Às vezes, a precariedade era tal que a própria denominação não estava bem fixada, aparecendo registros com versões diferentes para identificação do mesmo grupo (Liga ou Legião Anticomunista, por exemplo). Provavelmente a referida proliferação correspondia à tática de aumentar artificialmente a agitação anticomunista, passando a impressão de um vigor maior que o real. Isto não implica enquadrar todos os grupos na categoria de “artificiais”, pois muitos estavam estruturados o bastante para sobreviver ao tempo e continuar funcionando mesmo após a derrota dos “comunistas”. (MOTTA, Rodrigo Patto Sá, 2002, p.237)

Motta ressalta a trabalho conjunta do IPÊS e IBAD ao induzir a estruturação de novos grupos anticomunistas⁷⁸ entre 1961-1964. Lembramos que alguns membros da ADR também ocupavam cargos no IPESUL, o que demonstra a forte influência da instituição IPÊS para sua criação. A fundação da ADR ocorre após o golpe civil-militar, em 1965, entretanto, sabemos que a forte repressão do Estado contra a “subversão comunista” atestava que, para estes grupos, a ameaça comunista ainda era permanente. Logo, a atuação da ADR contra o comunismo, indica a preocupação de determinados grupos em promover a conscientização de que o comunismo ainda era uma ameaça à estrutura política do país, além de ser uma maneira de legitimar o golpe civil-militar de 1964.

⁷⁵ No próximo capítulo, trataremos com mais propriedade acerca da atuação da ADR em meios midiáticos.

⁷⁶ Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p.137-160.

⁷⁷ Ibid, p. 140.

⁷⁸ Ibid, p. 241.

A historiadora Carla Simone Rodeghero, apresenta no livro *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)* - resultado de sua dissertação de mestrado, o anticomunismo católico estabelecido no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1964. Acerca da militância anticomunista católica, a autora frisa que o combate ao comunismo pela Igreja pautava-se por questões morais. Esta peculiaridade seria justamente o que distinguiria o anticomunismo católico dos demais grupos (RODEGHERO, Carla Simone, 2003, p.77). Curiosamente, a ADR apresenta-se como uma entidade cívico-patriótica, independente de credo religioso (APERS/RS: Processo: 3283), entretanto, observamos em algumas fontes características da moral cristã relacionadas ao comunismo. A coluna jornalística referente ao dia 03 de novembro de 1968, intitulada *Valores espirituais e morais da democracia*, ilustra este aspecto

Os que ainda não sabem ler a história ignoram que Protágora dizia isso 400 anos antes de Cristo e os menos avisados não percebem a extraordinária grandeza dos ensinamentos que Cristo nos trouxe e deu com seu exemplo o mais belo testemunho de um humanismo perfeito pois que o próprio Deus se humanizou. [...] estamos empenhados em defender a democracia e vivemos em plena revolução. Revolução que lembra ao homem a necessidade de virtudes cristãs, bondade, justiça, caridade e para o cultivo dessas virtudes é preciso saber que é o amor ao próximo o princípio básico da Lei moral. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA, 1968, p.4)⁷⁹

A ADR considera o golpe civil-militar como uma “revolução” e conecta o zelo pela “democracia” ao cultivo das “Leis” morais da Igreja Católica. Ademais, Adolpho João de Paula Couto o qual, além de membro fundador atuante da ADR⁸⁰ e presidente da entidade em 1978,⁸¹ foi também presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo.⁸² Couto apresentou no II ciclo de palestras⁸³ – promovido pela entidade – sua fala acerca da “guerra política” travada entre o “Mundo Livre” e o “Mundo Comunista” e reserva um momento para tratar da “Degradação dos valores do Mundo Ocidental”⁸⁴

Através da larga exploração do erotismo e das drogas, sobretudo, está se processando uma perigosa deterioração moral no âmago da sociedade ocidental. Esse afrouxamento dos costumes, cujo alvo principal é a juventude, constitui outra manifestação da complexa guerra política a que estamos submetidos e que a maioria de nós ignora. Pode parecer exagero atribuir também ao MCI⁸⁵ a responsabilidade

⁷⁹ Exploramos esta fonte também no segundo capítulo ao tratarmos da atuação da ADR nos meios de comunicação. Ver: AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. Valores espirituais e morais da democracia. Diário de Notícias, Porto Alegre, p.4, 03 nov. 1968. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

⁸⁰ Ver nota de rodapé: MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72.

⁸¹ APERS/RS: Processo: 3283.

⁸² FAGÁ, Marcelo. Em nome da moral a arte foi despejada. República, Rio de Janeiro, p.11, 27 out. 1979. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

⁸³ Trataremos acerca dos ciclos de palestras no próximo capítulo.

⁸⁴ Este é um dos subtítulos da palestra transcrita de Adolpho João de Paula Couto intitulada, *Guerra Política*, no II ciclo de palestras oferecido pela ADR. Ver: AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. II Ciclo de Palestras. Rio de Janeiro:s/e, 1976, p.22.

⁸⁵ MCI é a sigla para Movimento Comunista Internacional.

maior por essa situação, tão amplamente difundida no Mundo Ocidental. Não é esta, entretanto, a opinião dos estudiosos do assunto, que documentam fortemente essa atividade como parte da subversão, como passaremos a ver. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA, 1976, p.22)

Adolpho João de Paula Couto cita em seguida o livro *Os subversivos*, de J. Bernard Hutton, afirmando que os chefes subversivos profissionais do oriente (Rússia e China) trabalhavam para destruir o modo de vida do Ocidente ao estimular o vício de drogas entre as crianças de escola e os jovens, ameaçados pela corrupção moral.⁸⁶ Ambos os argumentos reforçam a familiaridade da ADR com discursos moralistas que consideram o comunismo como uma ameaça a estrutura da família. Outro ponto que corrobora a afinidade da ADR com o anticomunismo católico diz respeito a um de seus membros fundadores, o Padre Antônio Loebmann. Membro fundador da ADR⁸⁷ e jesuíta atuou no Colégio Anchieta de Porto Alegre e foi diretor do Movimento Cristóforo no Brasil.⁸⁸ Loebmann escreveu no *Jornal do Dia* – periódico que apresentava textos católicos e contribuiu para o imaginário anticomunista no Rio Grande do Sul⁸⁹ acerca do golpe civil-militar em 1964, afirmando que o povo se levantou contra o comunismo ateu naquele período.⁹⁰

Como exposto, a ADR encaixa-se como uma entidade anticomunista, entretanto, há algumas particularidades referentes à sua atuação e composição que permitem sua conceitualização com o conceito *think tank*. Denise B. Gros, traça a história dos grupos *think tanks* em seu princípio nos Estados Unidos e Inglaterra:

Eles se constituem em institutos privados de pesquisa que estão presentes no processo de formulação de políticas públicas, nos Estados Unidos e na Inglaterra, desde os anos 40 (Denham, 1996), produzindo conhecimento sobre temas sujeitos a regulamentação pública e, principalmente, formulando projetos de políticas públicas orientados pela doutrina do liberalismo [...] A manutenção desse movimento foi possível devido à existência de grandes empresas dispostas a financiar essa rede de *think tank*, seus estudos e publicações. Sobretudo, a existência dessas redes foi fundamental para a consolidação do neoliberalismo como alternativa política e para internacionalização do movimento nos anos 80. (GROS, Denise B. 2008, p. 3-4)

Não nos deteremos nas inúmeras vertentes sobre o termo *think tank* ou as discussões acadêmicas que o permeiam, como o desenrolar destas instituições neoliberais para a doutrinação política e a formulação de políticas públicas no Brasil entre a década de 1970 e

⁸⁶ AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA, 1976, p.22.

⁸⁷ Ver nota de rodapé: MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72

⁸⁸ Ver nota de rodapé: SALGADO, J. A. César. José de Anchieta, o primeiro mestre-escola de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, v. 20, n. 41, p. 161, mar. 1960. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119871>>. Acesso em: 02 dec. 2017.

⁸⁹ Sobre a imprensa anticomunista católica no Rio Grande do Sul, ver capítulo 5, *Poder da Palavra: a imprensa e o combate ao comunismo*: RODEGHERO, Carla Simone. O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003, p.123-142.

⁹⁰ SILVA, Juremir Machado da. Imprensa gaúcha ajoelhou-se diante dos generais. *Correio do Povo*, 13 jun. 2015. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/tag/golpe-de-1964/>> Acesso em: 20 de nov. 2017.

1980,⁹¹ devido aos limites desta monografia. Portanto, apesar de não definirmos a ADR como tal, salientaremos algumas especificidades que flertam com o conceito em si. Gros apresenta um conceito⁹² de *think tank* que condiz com a natureza da entidade em alguns tópicos

Em geral, são institutos privados de pesquisa e debate sobre teoria econômica e políticas públicas; têm uma equipe técnica de alto nível ou contratam consultores e divulgam o resultado dessas pesquisas através de livros, periódicos e publicações em geral e de participação em debates nos meios universitários, na mídia e nos órgãos de assessoria técnica dos partidos políticos. [...] A vitória do pensamento conservador nos países do capitalismo avançado não ocorreu de repente, no final dos anos 70. Ela foi sendo gestada através de um longo processo de doutrinação ideológica em universidades, entidades empresariais e meios de comunicação, processo este que se desenvolveu paralelamente à realização de estudos e pesquisas para a formulação de políticas públicas restritivas ou conservadoras. (GROS, Denise Barbosa, 2003, p.18-19)

A ADR não se enquadra como um instituto privado de pesquisa, no entanto, como já fora mencionado, uma das suas principais finalidades pautava-se em levar esclarecimentos às elites e ao público nos campos políticos, econômicos e social por meio das palestras, em especial os ciclos de palestras que eram transcritos e distribuídas a autoridades e entidades de caráter cívico educacional.⁹³ Ademais, detinham como finalidade a luta pela superação dos problemas socioeconômicos brasileiros pelo processo “democrático”.⁹⁴ Seu grupo, composto por empresários, intelectuais e políticos conservadores, além do combate anticomunista, reunia-se para discutir a respeito da situação política, social e econômica brasileira e promovia debates em palestras que englobavam tais temas. Atuavam através de colunas jornalísticas, promoviam cursos,⁹⁵ possuíam um departamento apenas para assuntos de caráter cultural responsável pela escolha de temas e conferencistas para as palestras e tentavam a aproximação em meio universitários. De acordo com o processo, a ADR e a UFRGS mantinham algumas conexões:

2.4 Outubro-novembro de 1976 – nesse período a Ação Democrática Renovadora organizou aquilo que deveria ser o IV Ciclo de Palestras. Ofereceu à Universidade Federal do Rio Grande do Sul a oportunidade de co-participação no mesmo, destinando-o aos alunos da cadeira de EPB. A Universidade não pode aceitar a co-participação, preferindo ministrar o curso por sua conta, o que foi aceito pela ADR, já que tal procedimento estava em consonância com a finalidade de difundir as

⁹¹ GROS, Denise Barbosa. *Institutos e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003, p.123. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/teses/teses_fee_06.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2017.

⁹² Encontramos o conceito de Denise Barbosa Gros por meio da dissertação de mestrado de Cássio Felipe de Oliveira Neto que trata acerca dos usos do conceito de liberdade pelo Fórum da Liberdade de Porto Alegre, de caráter neoliberal, composto entre 1988 e 1993. Ver: PIRES, Cássio Felipe de Oliveira. *O signo da liberdade e a execução do Estado: o pensamento neoliberal por meio do Fórum da Liberdade de Porto Alegre (1988-1993)*. 2011, 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.24.

⁹³ APERS/RS: Processo: 3283

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ No próximo capítulo mencionamos o curso oferecido pela ADR para mulheres: “I curso de estudos brasileiros para a mulher”. Ver: Ibidem.

idéias apresentadas pelos conferencistas que convidara. Além disso, colaborou na organização material do Curso, encarregando-se da obtenção das passagens aéreas. (APERS/RS: Processo: 3283)

O departamento cultural da entidade em 1976, por meio do responsável Bráulio Oliveira Neto, promoveu também uma pesquisa entre universitários acerca do ciclo de Estudos de Problemas Brasileiros (EPB)⁹⁶ e da disciplina oferecida nas universidades

3.1 colaboração no temário, escolha de conferencistas e coordenadores do já citado ciclo de Estudos sobre Problemas Brasileiros em nível de pós-graduação – realizado de outubro à novembro de 1976. Realizou também uma enquete sobre a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, entre estudantes da UFRGS e da PUC/RS, sendo seu resultado encaminhado à Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação e Cultura. (APERS/RS: Processo: 3283)

O processo demonstra a tentativa da entidade em estar presente nos centros universitários. Ademais, não sabemos quais os impactos da atuação da ADR em universidades do estado, no entanto, as fontes evidenciam a intenção da ADR em inserir-se nestes centros, haja vista que a atuação em centros de educação consolidaria seu caráter pedagógico. Além disso, o membro fundador da ADR,⁹⁷ Nagipe Buaes, foi membro e presidente⁹⁸ da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), instalado na UFRGS em 1964, responsável pelos expurgos de professores universitários. De acordo com Jaime Valim Mansan, suas atuações estiveram marcadas pelo alinhamento com algumas diretrizes da Ideologia de Segurança Nacional, como o conservadorismo político presente nas formas de anti-trabalhismo e do anticomunismo (MANSAN, Jaime Valim, 2009, p.108).

Em suma, podemos perceber que, apesar de a ADR mostrar-se como uma entidade anticomunista, o grupo também apresentava características de grupos *think tanks*, devido à composição de empresários entre seus membros, seu ímpeto pedagógico através da promoção de palestras e cursos e a constante tentativa de aproximar-se de centros universitários gaúchos. Ao finalizar este capítulo com a apresentação da instituição e de seus membros, dedicaremos o próximo momento para tratar acerca de questões ideológicas emanadas pela ADR.

⁹⁶ O EPB foi uma disciplina criada durante a ditadura civil-militar brasileira para graduação e pós-graduação nas universidades, parte da “Educação Moral e Cívica” para o ensino superior, regulamentada pelo Decreto nº68.065 de 1971. Ver: THIAGO, Acácio Garibaldi S.; BORGES FILHO, Nilson; MARTORANO, Dante. A disciplina estudo de problemas brasileiros na UFSC. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 95, jan. 1984. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23746>>. Acesso em: 02 dez. 2017

⁹⁷ Ver nota de rodapé: MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72.

⁹⁸ MANSAN, Jaime Valim, 2009, p.96.

2. A ATUAÇÃO IDEOLÓGICA DA AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA PELA “DEMOCRACIA”

A comunicação a partir da linguagem política une sujeitos. De acordo com Pierre Ansart, a construção da linguagem política delimita valores ideológicos, mas, sobretudo, além de reunir sujeitos que compartilham de uma visão política semelhante, a ideologia conecta os indivíduos como portadores da justa causa.⁹⁹ A partir da ideia de uma causa justa, delimitam-se valores duais entre bem e mal, designam-se as contestações inconvenientes, pretendendo revelar a verdade das totalidades. Essencialmente, a ADR havia estabelecido sua concepção em relação ao Brasil após 1964, visto que se revelavam “zeladores”¹⁰⁰ da democracia, logo justificavam a instauração do golpe civil-militar no Brasil em nome de um inimigo: o comunismo.

Pierre Ansart utiliza a tipologia *ortodoxia terrorista*¹⁰¹ para designar um tipo mascarado de violência, mas tão significativa quanto a violência física: a violência simbólica, e podemos observar esta representação no contexto da ditadura civil-militar brasileira. A ADR se apresentava como uma entidade cívico-patriótica de caráter cultural e pedagógico, e manifestava seus pontos de vista sobre política e religião sem qualquer pretensão de neutralidade. A configuração da violência simbólica em relação à ADR está representada pela legitimação da ditadura por meio de sua atuação pedagógica que visava, entre outros tópicos, o combate à subversão comunista. Através da sua “missão pedagógica”, seus membros levariam esclarecimento às elites e ao público nos campos político, econômico e social,¹⁰² para a preservação da democracia brasileira, fato que contribuía para legitimar a ditadura civil-militar. A ADR, apesar de constantemente identificar-se sem filiação partidária ou política, transparecia sua posição ao colocar-se comprometida com os *superiores objetivos da Revolução de 31 de março de 1964*.¹⁰³

Como se percebe, a partir do estatuto da entidade, presente no processo nº3283, localizado no fundo da Secretaria da Justiça do APERS, em que a ADR é declarada como

⁹⁹ ANSART, Pierre. Ideologias, Conflitos e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 214.

¹⁰⁰ Ao escolher um substantivo pudesse representar a relação da ADR com a democracia brasileira, a palavra “militante” surgiu como uma possibilidade para nomear os membros da entidade, no entanto, acreditamos que um militante luta por uma determinada causa. Para nós, a ADR não protegeu ou lutou pela democracia brasileira, pelo contrário, ela contribuiu para sua violação, portanto o termo “zeladores” evidencia, ao menos, a necessidade da entidade em fiscalizar uma democracia que, para nós, não existia, em decorrência de estar estabelecida aos moldes de uma ditadura civil-militar.

¹⁰¹ ANSART, Pierre, 1978, p. 150-155.

¹⁰² APERS/RS: Processo: 3283

¹⁰³ Ibid.

uma entidade de utilidade pública, o grupo estava de acordo com os argumentos genéricos¹⁰⁴ que derrubaram João Goulart, visto que concordavam com a necessidade do golpe¹⁰⁵ para salvar o país da subversão, do comunismo e da corrupção

[...] a) propugnar pela estabilidade do regime democrático; b) lutar em prol da superação dos problemas sócio-econômicos brasileiros pelo processo democrático; c) combater os ideais extremistas, de modo geral o comunismo; d) combater a corrupção em quaisquer de suas manifestações; (APERS/RS: Processo: 3283)

Assim, os membros da ADR cumpririam o estatuto da entidade através de ações educativas como cursos, celebrações cívicas, organizações de palestras e, especialmente, por intermédio de um ciclo de palestras tradicional. Como visto anteriormente, ao compreender que um dos propósitos para criação da ADR estava relacionado ao combate do comunismo, é possível classificá-la como uma entidade de cunho anticomunista, além de algumas características adotadas por grupos *think tanks*. Concordamos com a premissa de Thiago Aguiar de Moraes ao afirmar que os membros da ADR abordavam temas atuais em seus encontros e palestras, auxiliando assim os democratas a fortalecerem seus argumentos contra o comunismo, fato que evidencia seu caráter pedagógico.¹⁰⁶ Para tal, a ADR manifestava-se publicamente através de jornais, livretos e palestras promovidas pela entidade. Para seus membros, os comunistas eram um grupo extremista e fariam do país uma ditadura, portanto, para a ADR, o Brasil após o golpe civil-militar de 1964, perpetuava-se como uma democracia. Este trecho, publicado no jornal Diário de Notícias, apresenta um posicionamento importante da ADR frente àquelas pessoas que afirmavam que se vivia em uma ditadura no Brasil e, principalmente, mostravam-se resistentes ao processo antidemocrático.

Ora o que me poderia entender por democratização ou redemocratização? Não temos uma Constituição em pleno vigor? [...] Não estão asseguradas as liberdades individuais asseguradas na Constituição? Não podemos andar livremente? [...] O que estarrece, porém é acharem algumas pessoas que estamos numa democracia não integral e sim condicionada, que temos liberdade de imprensa mas também condicionada, e o que mais estarrece é que algumas dessas pessoas possuem curso superior. Possuem curso superior, mas são incapazes de discernir que estamos num mundo de 30 anos atrás, num mundo da época em que eram estudantes. Hoje o mundo todo está sob a mira da guerra revolucionária, dessa guerra sutil que a tudo e a todos procura unir, de maneira sorrateira, porém persistente. [...] A democracia atual tem que ser condicionada: a democracia é para os democratas e não para seus inimigos. [...] Que desejam então esses arautos da redemocratização? A volta da

¹⁰⁴ REIS, Daniel Aarão, 2000, p.33.

¹⁰⁵ Utilizamos o termo “golpe”, apesar de que, para a ADR, tratava-se de uma revolução.

¹⁰⁶ MORAES, Thiago de Aguiar. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: I Jornada de Estudos sobre Ditadura e Direitos Humanos, 2011, p.114. Porto Alegre: APERS. Disponível em <http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1314800293.I_Jornada_Ditaduras_e_Direitos_Humanos_Ebook.pdf> Acesso em: 01 out. 2017.

anarquia reinante antes de 31 de março de 1964? (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. 1967, p.4)¹⁰⁷

Para cumprir sua “missão pedagógica” em defesa da democracia “vigente”, dentre os setores organizacionais da entidade, havia uma pessoa responsável pelo Departamento Cultural que realizaria trabalhos de investigação e pesquisa de problemas brasileiros de ordem política, social e econômica.¹⁰⁸ Porquanto, esse setor desenvolveu um papel importante em relação à difusão e organização das atividades pedagógicas promovidas pela entidade. Desta forma, este representante transmitiria as convicções da ADR através da imprensa, da organização de palestras ocasionais e dos ciclos de palestras, além de também realizar a seleção de temas e dos indivíduos palestrantes para as atividades. Os critérios de seleção para a escolha dos palestrantes demonstravam que a entidade estava disposta a delimitar ideologicamente suas discussões, haja vista que os sujeitos eram selecionados em meios intelectuais e universitários e, além da competência e capacidade de comunicação, o principal critério era a fidelidade aos ideais da Revolução de 1964 a qual entidade propõe defender.¹⁰⁹

Para que seja possível captar o cerne ideológico reproduzido pela Ação Democrática Renovadora, julgamos importante salientar neste capítulo determinados temas relevantes para compreender substancialmente este grupo. Para tal, dividiremos este capítulo em dois momentos para tratar a respeito da atuação da ADR publicamente. Fundamentado a partir de fontes jornalísticas, no primeiro subtítulo *O suporte midiático*, apresentaremos os meios de comunicação utilizados pela organização para divulgar suas convicções ideológicas. Destacaremos o apoio midiático¹¹⁰ que a ADR desfrutava para a divulgação de suas atividades em jornais como Diário de Notícias, Jornal do Brasil, Tribuna de Imprensa, Correio do Povo e Zero Hora,¹¹¹ bem como a coluna semanal intitulada *Democracia em Ação*, assinada pelo grupo no jornal Diário de Notícias, localizada na página 4, lado a lado dos escritos de Raquel de Queiroz, Plínio Salgado e Menotti del Pitchia.

¹⁰⁷ AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. Democratização ou Redemocratização. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.4, 04 nov. 1967. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

¹⁰⁸ APERS/RS: Processo: 1544.

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Tanto nos processos de utilidade pública, quanto através dos livros de transcrição dos ciclos de palestras, nota-se que a cobertura da imprensa em relação às atividades promovidas pela Ação Democrática Renovadora era habitual. Em, *palavras de encerramento*, do II ciclo de palestras, o general Adolpho João de Paula Couto, destaca: a ampla cobertura da imprensa, tanto de nosso Estado, como de outros, permitiu ampliar a divulgação das ideias aqui expostas e debatidas, dando-lhe repercussão nacional (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. 1977, p.144). Neste trecho, o general também agradece à VARIG, à TV Piratini e pela presença do governador do Estado no II ciclo de 1976, que acreditamos ser Sinval Sebastião Duarte Guazzelli.

¹¹¹ Tanto o jornal *Correio do Povo*, quanto o *Zero Hora*, divulgaram a participação da ADR nas comemorações em relação ao dia 31 de março de 1964. No processo nº1544, consta em anexo o recorte da notícia de ambos os jornais.

Ao final, o último subtítulo *Atividades pedagógicas: os Ciclos de Palestras*, explanaremos a respeito de outra atuação prática da “missão pedagógica” que a ADR propunha exercer, a execução do já convencional, Ciclo de Palestras. Para tal, utilizaremos as transcrições do II e III ciclos, para analisarmos o discurso ideológico da entidade, destacando assim, os temas desenvolvidos em ambos os ciclos, que estruturam o âmago de suas convicções, como democracia, comunismo e subversão.

2.1 O suporte midiático

Sabe-se do importante papel exercido pela mídia brasileira na história política da ditadura civil-militar justamente pela participação de uma grande parcela dos proprietários de jornais nas articulações políticas da década de 1960.¹¹² Assim, um dos mecanismos de atuação utilizado pela Ação Democrática Renovadora para disseminar o seu discurso ideológico na sociedade era a imprensa. A princípio, como relatado anteriormente, encontramos tal operação em jornais por meio da coluna *Democracia em Ação*, assinada pela própria ADR, em uma noção de autoria coletiva ou institucional. Não descobrimos informações que remetessem ao uso da televisão ou do rádio de maneira contínua, entretanto algumas especulações não descartam esta possibilidade. Como já fora mencionado, este capítulo examinará brevemente as fontes jornalísticas coletadas até o momento. Por enquanto, reunimos publicações que remetem aos anos de 1967 a 1970, localizadas no acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Tivemos conhecimento de que Otto Elichirigolty Albuquerque, membro efetivo da ADR entre 1979 e 1983,¹¹³ além de autor do hino¹¹⁴ oficial da Ação Democrática Renovadora, era diretor gerente de uma rádio localizada no município de Canela, no Rio Grande do Sul. Apesar de não dispormos de dados acerca de programas fundamentalmente executados pela entidade, Albuquerque utilizava do meio de comunicação para difundir ideias coniventes com a ideologia do grupo a que pertencia

O nominado é diretor gerente da RÁDIO CANELA, de CANELA/RS. Em suas palestras radiofônicas, diárias, defende dos postulados da Revolução de 1964, sendo violento nas críticas que formula. [...] É membro da ADR (Aliança Democrática Renovadora) que representa em Canela e Gramado. [...] Apregoa também que não é da ARENA nem do MDB, mas sim da linha dura do Exército. (ARQUIVO NACIONAL: Processo: 1169)

¹¹² CAPELATO, Maria Helena. A grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014 p.304.

¹¹³ Mencionado nos processos nº 1544, 3283 e 4788.

¹¹⁴ APERS/RS: Processo: 1544.

Outra informação considerável relaciona-se a Clóvis Stenzel¹¹⁵, deputado federal pela ARENA, apoiador do ato institucional nº5 (AI-5) em 1968, membro e vice-presidente da ADR em 1987.¹¹⁶ De acordo com Thiago de Moraes, Stenzel menciona conferências feitas pela entidade na televisão e no rádio. Logo, assim como a indicação de Otto E. Albuquerque, essas informações sublinham a possibilidade de atuação nesses dois outros veículos de comunicação. Por conseguinte, reiteramos a utilização da coluna do jornal *Diário de Notícias* para este capítulo, uma vez que não é possível analisar a atuação da ADR em outras mídias, e é uma fonte importante para compreender como a ADR promovia os ideais da “Revolução” de 1964 com o intuito de salvaguardar a “democracia” ao combater o comunismo publicamente.

Ao adotar o título para a coluna como *Democracia em Ação*, mais uma vez a Ação Democrática Renovadora expunha-se como “zeladora”, comportava-se como uma espécie de tutora da democracia ao escoltá-la nas páginas do jornal por meio de constantes denúncias e considerações acerca de sua fragilidade. Para seus membros, atuar pela democracia significava combater os subversivos e simpatizantes do comunismo, alertando a população – principalmente a juventude - e, neste caso, operavam através do discurso jornalístico. Por meio do intuito pedagógico defendido pela ADR, a coluna jornalística era um instrumento significativo para o grupo exercer seu propósito primordial de difundir seus ideais para a sociedade, porquanto, a princípio, o *Diário de Notícias* era o recurso de maior cobertura que temos conhecimento em decorrência de alcançar todo Estado de maneira contínua.

Através da coluna *Democracia em Ação*, também observamos outro ponto que se apresenta de maneira direta em relação à posição da ADR acerca de questões religiosas. Como visto anteriormente, um dos pontos em destaque na sua apresentação é a sua neutralidade tanto política quanto religiosa. Entretanto, como observado no primeiro capítulo, embora a ADR não assuma uma religião oficial, a entidade julgava que a democracia deveria basear-se em valores espirituais e morais, como demonstra na publicação intitulada *Valores espirituais e morais da democracia*, em que se refere aos ensinamentos de Cristo e sobre os princípios da lei moral

¹¹⁵ Stenzel era gaúcho, teve participação na fundação de um movimento de combate aos “esquerdistas” nos meios universitários em 1947, foi deputado no Espírito Santo em 1950 – pelo PRP em 1950 e PSP em 1954), secretário do Interior e Justiça do estado do Espírito Santo em 1956, deputado federal pela ARENA em 1970, além de produtor de um programa na televisão contra o governo João Goulart, foi professor da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente da TV Educativa do Estado do Rio Grande do Sul (TVE/RS). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stenzel-clovis>>. Acesso em: 12 out. 2017.

¹¹⁶ Esta informação está contida no processo nº15048 (ARQUIVO NACIONAL/RJ) e aponta sua participação na entidade em 1987, porém por meio do trabalho de Moraes, Clóvis Stenzel já participava da ADR em 1968.

Negá-lo é caminhar para o colapso moral do indivíduo e ir novamente a desintegração da sociedade, como tantas vezes já aconteceu e em nossos dias isso leva à destruição da democracia. Agora, mais do que nunca, estamos empenhados em defender a democracia e vivemos em plena revolução. Revolução que lembra ao homem a necessidade de virtudes cristãs, bondade, justiça, caridade e para o cultivo dessas virtudes é preciso saber que é o amor ao próximo o princípio básico da lei moral. Quando o homem perde essa virtude, quando perde a conformidade à lei moral, perderá também a liberdade: o mais precioso dom que recebemos de Deus. [...] A base da educação democrática é o conhecimento e a vivência de uma lei espiritual. [...] Mas a paz só se obtém na tranquilidade da ordem. Na intranquilidade da desordem nada se há de construir. A revolução que queremos é essa – a que luta por todos os meios para existir tranquilidade na ordem. Ordem é progresso. Como toda revolução ela aceita e modifica. Pode não derramar sangue mas precisa derramar idéias, mudar mentalidades, quebrar rotinas. Nós sabemos que estamos sendo uma preparação para melhores dias.” (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. 1968, p.4)¹¹⁷

Nitidamente, seus membros justificavam a ação repressiva da ditadura contra os homens e mulheres resistentes ao processo não democrático, legitimando, assim, a privação de liberdade. Privação fundamentada pela consequência de não seguirem a “lei” moral que, consoante à ADR, provocava a desordem e atrapalhava o progresso. Para o grupo, havia uma ameaça tanto em relação à democracia, quanto à moral, por essa razão, havia a premissa recorrente no discurso da ADR acerca da ameaça que os grupos comunistas representavam em relação à moral e aos bons costumes. A concepção moralista da entidade não se restringia a seus membros, uma vez que, durante a ditadura civil-militar, os argumentos de ordem moral e política misturavam-se e justificavam a censura, sendo a imoralidade identificada como estratégia do movimento comunista para enfraquecer os valores tradicionais.¹¹⁸

Na ameaça retratada pela figura dos “subversivos”, como é possível observar através do seguinte trecho, havia a ideia preestabelecida de que a ação subversiva corrompia valores morais. Além disso, segundo Carla Simone Rodeghero,¹¹⁹ durante a ditadura civil-militar, havia jornais como o Correio Riograndense e o Jornal O Dia, que continham textos católicos pautados fortemente pela moral cristã e no combate ao comunismo, discurso presente também em alguns textos da ADR:

Sabem os inimigos da democracia, os subversivos às ordens do comunismo internacional que um povo, em dissolução moral, não vibra nem reage satisfatoriamente em defesa de sua liberdade, de seu patrimônio histórico e material. Uma geração enfraquecida moral e fisicamente pela exploração e excitação do sexo, pelo uso generalizado dos entorpecentes, pelo culto aos anormais, que se evidenciam por qualidades negativas, não pode essa geração contaminar ou prejudicar aqueles que lutam pelo desenvolvimento do País, colaborando na manutenção de um clima de respeito à Família, à Religião e à Pátria. [...] a naturalização da ação subversiva, que usa todas as armas para corromper e destruir as resistências espirituais e cívicas

¹¹⁷ AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. Valores espirituais e morais da democracia. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.4, 03 nov. 1968. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

¹¹⁸ BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade Parte II: As estruturas do Estado e as graves violações entre 1946 e 1988*. Brasília: CNV, 2014, p. 379

¹¹⁹ Ver: RODEGHERO, Carla Simone. 2003, p. 123-142.

que sustentam a tradição brasileira, vem esse decreto-lei de censura rigorosa ao obsceno completar a ação saneadora da Revolução, em todos os pontos da vida nacional, merecendo, de todos nós, apoio entusiástico pleno do maior espírito cívico. Formemos o povo Brasileiro. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. 1970, p.4)¹²⁰

Acreditamos que o decreto-lei mencionado na coluna *Democracia em Ação* se refere à determinação que concedia o aval para a censura, nº1.077 de 26 de janeiro de 1970, em razão da data desta publicação em 19 de fevereiro do mesmo ano, alguns dias após sua aprovação. Tais dados reforçam a confusão que se configurava durante a ditadura civil-militar entre a política e os valores morais e cristãos e evidenciam o caráter moralista da entidade em exercer sua ação pedagógica. Neste decreto, havia normas que visavam à preservação de valores éticos, através da proteção da instituição familiar, havendo a proibição de materiais que afrontassem os valores morais da sociedade brasileira.¹²¹

Um dos membros de maior destaque nos jornais encontrados, sendo relacionado à ADR nos periódicos, era o general Adolpho João de Paula Couto, visto que além de presidente da ADR em 1978,¹²² também ocupava o cargo de presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo.¹²³ Entre algumas notícias relacionadas à participação de Adolpho João de Paula Couto na Comissão Nacional de Moral e Civismo, destaca-se uma em que o coronel contribuiu para o despejo de uma exposição de artes plásticas:

“Os Faunos”, “Inocente” e “Anjo da Guarda” são três desenhos a bico-de-pena que se tornaram, ontem, no Rio, os pivôs do primeiro despejo de um salão de artes plásticas que se tem notícia no país. Sob a alegação de que nas obras, de autoria do artista José César de Castro, eram incompatíveis com a moral a ser preservada “dentro dos umbrais do Palácio da Cultura”, os integrantes da Comissão Nacional de Moral e Civismo conseguiram pressionar o delegado regional do MEC, Marcos Almyr Madeira, a fechar e proibir o 3º Salão Carioca de Artes. [...] Tudo começou quando o presidente da inócua e modorrenta Comissão Nacional de Moral e Civismo, general Adolpho João de Paula Couto, resolveu descer de seu gabinete no sexto andar do histórico prédio do MEC [...] Já irritados com a falta de atenção das autoridades municipais para a exibição que colocava em jogo a pureza dos estudantes secundaristas cariocas que iam em turmas de colégio à exposição, apelaram para o Serviço Nacional de Informações, único órgão capaz de pressionar o delegado regional do MEC, através de seus próprios superiores hierárquicos no ministério (FAGÁ, Marcelo. 1979 p.11)¹²⁴

Em geral, Rodrigo Patto Sá Motta destaca a fidelidade de entidades anticomunistas à moralidade tradicional e menciona a intervenção da censura em inúmeras manifestações

¹²⁰ AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. A formação moral do povo. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.4, 19 fev. 1970. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

¹²¹ BRASIL. Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Casa civil, 26 jan. 1970. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm>. Acesso em 13 out. 2017.

¹²² APERS/RS: Processo: 3283.

¹²³ Esta informação encontra-se no jornal, *República*, ver: FAGÁ, Marcelo. Em nome da moral a arte foi despejada. *República*, Rio de Janeiro, p.11, 27 out.1979. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

¹²⁴ Ibid.

culturais, como em obras consideradas eróticas. A postura política anticomunista da entidade – corriqueira em grupos opositores ao comunismo, reproduzia um discurso baseado em valores cristãos que representavam os comunistas como um grupo pecaminoso e malvado, baseado no dualismo entre “bem” e “mal” do catolicismo ocidental.¹²⁵ Neste caso, podemos notar a influência de Adolpho João de Paula Couto nos aparatos de censura da ditadura civil-militar, refletindo as concepções defendidas pela ADR.

2.2 Atividades pedagógicas: os Ciclos de Palestras

Uma das fontes mais ricas a respeito da ADR são as transcrições dos ciclos de palestras promovidas pela entidade que ocorriam, a princípio, duas vezes ao ano¹²⁶. Nos ciclos intelectuais, militares e políticos – predominantemente homens – que compartilhavam ideologicamente convicções semelhantes as da entidade, eram convidados a dissertar sobre determinado tema. A organização dos ciclos de palestras resultava na publicação contendo a transcrição das falas dos convidados em livros distribuídos a autoridades e entidades consideradas pela ADR de caráter cívico educacional.¹²⁷ Em alguns sebos da cidade de Porto Alegre, ainda é possível esbarrar em alguns livros promovidos pela ADR contendo a transcrição dos ciclos. Pode-se estimar, com certeza, que houve pelo menos cinco¹²⁸ ciclos desenvolvidos, entretanto só foram encontradas duas publicações do II e do III ciclos de palestras, de 1976 e 1977, respectivamente. Possivelmente, o primeiro ciclo ocorreu em 1975 ou 1976,¹²⁹ em virtude da intenção da entidade em oferecer dois ciclos ao decorrer de um ano, no entanto, não foi possível encontrar essa informação. De acordo com o processo nº3238, era, principalmente através dos ciclos de palestras, que o grupo exerceria seu papel pedagógico, ao tratar sobre temas relacionados à política, economia e a sociedade em geral. Não temos informações, com exceção do general Adolpho João de Paula Couto, se o restante

¹²⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: FAPESP 2002, p.63.

¹²⁶ De acordo com o processo nº3283, datado em 1978, a ADR costumava oferecer os ciclos duas vezes ao ano, no entanto, o processo nº1544 relatando o cancelamento dos ciclos em, portanto, não é possível afirmar que os ciclos ocorreram permanentemente a partir de 1979.

¹²⁷ Não temos informações a respeito de quais locais receberam o material da ADR, visto que esta informação não consta nas fontes. A informação acerca do material distribuído pela ADR encontra-se no processo nº3283(APERS)/RS).

¹²⁸ No jornal, *Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro, há uma nota acerca da fala de Adolpho de Paula Couto no lançamento do V ciclo de palestras em 1978. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

¹²⁹ O ano da publicação da transcrição dos ciclos pode não condizer, necessariamente, ao ano em que ocorreram as palestras.

dos palestrantes eram membros efetivos da ADR. A princípio, seriam apenas indivíduos convidados a participar do evento, conquanto, entendemos que as opiniões sustentadas nas falas dos participantes carregam o aval da entidade, portanto refletem pontos de vista coniventes aos promulgados pela ADR.

Os palestrantes convidados para o II ciclo foram o general Adolpho João de Paula Couto – membro efetivo, Ferdinando de Carvalho, Jorge Boaventura, Diogo de Figueiredo Neto, Edgar Cesar Sampaio e Ivo Moreira Simas; enquanto no III ciclo, Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Sérgio Ferraz, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Maria José Villaça, José Camarinha Nascimento e José de Santimburgo prestaram sua contribuição. No livro do II ciclo de palestras, além de conter a exposição por escrito de cada convidado, há em anexo seus currículos. Como é possível consultar na lista em anexo¹³⁰ ao final deste trabalho, entre os conferencistas do II e III ciclos havia militares, membros da ESG, um médico, um engenheiro, professores de cursos superiores, o ex-procurador geral do Estado do Rio de Janeiro, Diogo de Figueiredo Neto e até o vice-governador do estado de São Paulo, entre 1975-1979, Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

Também julgamos importante ressaltar que, não tivemos informações acerca de mulheres como membros efetivos da ADR, entretanto, há uma mulher entre os palestrantes dos II e III ciclos. A única informação relacionada à participação feminina na ADR¹³¹ está vinculada a uma atividade desenvolvida pela entidade e destinada especialmente às mulheres, intitulada *I Curso de Estudos Brasileiros para a Mulher*.¹³² O curso foi realizado no salão de festas da reitoria da UFRGS com aproximadamente 35 pessoas, e ocorreu simultaneamente ao III ciclo de palestras. Inclusive, seus conferencistas foram os mesmos que palestraram no terceiro ciclo, ou seja, além de Maria José Villaça, é curioso pontuar que, possivelmente, o restante dos palestrantes eram todos homens

O Brasil tem uma vocação democrática, vai realizá-la dependendo do esforço de cada um de nós; esforços dentro de casa, esforços no trabalho, esforços nas mesas de conferência; hoje a tarde no ciclo feminino, eu dizia sem qualquer pretensão de fazer blague, que não existe força maior do que a da mulher, na conformação da sociedade; até mesmo por acanhamento, por vez, até mesmo por galanteria ou cavalheirismo temos uma certa dificuldade em resistir a uma argumentação feminina sólida. É preciso portanto que elas tenham consciência do que têm, assumam essa força, e funcionem dentro dos lares, em ambientes de trabalho. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. 1977 p.38)

¹³⁰ Consta em anexo uma lista dos indivíduos que estiveram ligados à Ação Democrática Renovadora, tanto como membros efetivos, quanto como convidados (as) que participaram de atividades promovidas pela entidade. Além do nome, está incluído o tipo de vinculação dos sujeitos com a ADR.

¹³¹ A lacuna referente à participação das mulheres na ADR mostra-se interessante para futuras pesquisas.

¹³² APERS/RS: Processo: 3283.

Acerca do público-alvo que frequentava os ciclos, é possível perceber através do prefácio do terceiro ciclo, qual setor da sociedade a ADR pretendia alcançar

[...] pode-se bem avaliar a importância de que se reveste esse III Ciclo, ao trazer à apreciação e à meditação das elites e do público gaúchos, temas da mais alta atualidade que são, muitos deles, objeto de controvérsias, sobretudo na área política. [...] trata assim, de reunir em torno de seus ideais o maior número de pessoas esclarecidas [...] não são muitas as oportunidades oferecidas ao público gaúcho para ouvir conferencistas de tal envergadura discorrer sobre temas tão palpitantes. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. 1977, p.7)

Ou seja, mesmo com o direcionamento para o público gaúcho de maneira geral, entendemos que os ciclos eram direcionados a uma determinada elite intelectual e econômica. Esta apuração é reforçada pela constituição civil-militar da ADR, já que, como apontado no primeiro capítulo, enquadrámos seus membros no conceito de elite orgânica apontado por René Armand Dreifuss, principalmente por haver membros do IPESUL na composição da ADR.

Genericamente, os temas variam entre comunismo, subversão, democracia, expansionismo soviético, educação, repressão, atuação do Estado, AI-5, redemocratização, capitalismo, marxismo, problemas econômicos, marcos políticos posteriores a 1964, entre outros. A prevenção em relação ao comunismo mantinha-se como o objetivo primordial da ADR na elaboração dos ciclos. Assim, como podemos perceber, através da fala do General Oscar Luís da Silva no prefácio do II ciclo de palestras, os participantes dos ciclos, ao final da década de 1970, mostravam-se ainda muito receosos a respeito do comunismo, principalmente em relação à ameaça que representava ao futuro e à juventude

Talvez, porque o BRASIL está tranquilo, limpo das bombas, das arruaças, dos quebra-quebras, dos seqüestros e dos assassinatos, muitos brasileiros julgam que aqui no BRASIL, o comunismo é um fantasma criado pelo Governo para esconder seus erros. Infelizmente, esses brasileiros estão enganados. A subversão está contida, mas os subversivos ainda continuam agindo. [...] Nós, que estamos vendo que se procura, aos poucos, incutir no POVO a idéia de que somente o Comunismo poderá resolver a situação, temos a obrigação de mostrar, particularmente aos jovens, o que é Comunismo, e como ele age. Precisamos mostrar-lhes o que era o BRASIL antes da Revolução de 31 de Março e o que é agora. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA, 1976)

Apenas na primeira transcrição do II ciclo de palestras, em míseras 12 páginas, o general Adolpho João de Paula Couto, cita a palavra comunismo ou comunistas 53 vezes. O general transparece apreensão ao salientar os perigos da guerra política entre o “Mundo Livre” e o “Mundo Comunista”, visto que a democracia permaneceria ameaçada. Ele questiona a possibilidade da redemocratização ser um risco para a democracia:

Enquanto muitos discutem sobre a necessidade de “redemocratizar” o país, voltar ao estado de direito e à plenitude de liberdades, tudo isto em nome da democracia parecem esquecer um problema muito mais sério, que é a sobrevivência dessa mesma

democracia, que seria imensamente dificultada com a vitória de muitas das teses que defendem. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA, 1976, p.38)

Aparentemente, para os membros da ADR, o Brasil estava enquadrado como “Mundo Livre” e se constituía como uma democracia, logo, o maior problema dos países democráticos seria a penetração gradual da subversão comunista na juventude em grupos como Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) articuladas com o intuito de destruir a ordem democrática “vigente” (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. 1976, p.46). A fala do professor Sérgio Ferraz frisa o direito do Estado em defender-se das agressões internas e externas, justificando assim o uso de instrumentos severos para salvaguardar a democracia, como por exemplo, o AI-5, visto que, apesar de Ferraz considerá-lo um documento obscuro, ele confessa sua necessidade

O instrumento de defesa do indivíduo vai desde a ação judicial até o desforço físico imediato. Eu posso até matar para me defender. Como não admitir aparatos de grande relevância e drasticidade par ao Estado, quando ele é acuado contra a parece, como acontece a todo instante no mundo moderno? (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. 1977, p.35)

Segundo o processo nº3238, o III¹³³ ciclo de palestras gozou de um alto nível de frequência, assegurando certificado a 42 pessoas. Entretanto, o IV ciclo de palestras – organizado em 1976 – obteve baixo índice de assiduidade se comparado aos anteriores, fato que provavelmente colaborou para o cancelamento dos ciclos de palestras.¹³⁴ A justificativa para o encerramento, de acordo com o processo nº1544, estava relacionada ao fato de que, *iríamos atingir uma área pouco necessitada*.¹³⁵ Ademais, o processo nº3238 aponta para a ausência de elites políticas e universitárias participando dos ciclos, constatação que contrariava uma das intenções da entidade em levar esclarecimentos às elites.

No entanto, mesmo com o término dos ciclos, ainda no mesmo ano (1979), a entidade permaneceu promovendo outras palestras como: *O comunismo no Brasil – advertência*, por General Ramão Menna Barreto; *Democracia e a Revolução de 1964*, por Dr. Bráulio Oliveira Neto; *Estudo sobre a democracia*, por Dr. Enio Aveline da Rocha; e *Guerra do Paraguai – esclarecimentos*, pelo professor Arthur Ferreira Filho. Ainda, a ADR participava ativamente

¹³³ Não encontramos informações acerca da repercussão do II ciclo de palestras.

¹³⁴ O processo de nº1544, que traz informações acerca do encerramento dos ciclos, é referente ao ano de 1979 e, em vista de acontecer dois ciclos por ano, acreditamos que provavelmente não realizaram-se mais do que seis ciclos.

¹³⁵ APERS/RS: Processo: 1544.

de atividades comemorativas referentes à comemoração do aniversário da “revolução” de 1964.¹³⁶

¹³⁶ Ibid.

3. A ADR E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

A partir de 1979, se iniciou no Brasil o processo de transição política. O processo de transição política se iniciou durante o governo do general Ernesto Geisel e, a partir de 1978, intensificou-se com a revogação dos instrumentos de exceção, o AI-5, o restabelecimento do *habeas corpus*, da autonomia do Poder Judiciário e da liberdade de imprensa.¹³⁷ Apesar da abertura *lenta, segura e gradual*,¹³⁸ ter começado no governo Geisel, o processo de redemocratização foi mais efetivo posteriormente durante a liderança do general João Baptista Figueiredo, período em que foi promulgada a Lei de Anistia e estabelecido o fim do bipartidarismo.

Para Daniel Aarão Reis,¹³⁹ a transição política está marcada entre o período de 1979 e 1988, no entanto, para o autor, reingressar ao Estado de direito não significa que a democracia havia sido recuperada no Brasil. Reis ressalta a ideia de que a ditadura encerrou-se definitivamente em 1988 com a consolidação da nova Constituição, de sorte que a posse de um civil como José Sarney, logo após a morte de Tancredo Neves, não significa um rompimento com a ditadura, justamente pelo seu caráter civil-militar. Imerso a um contexto de transição político-econômica, os membros heterogêneos da ADR demonstravam preocupação em relação ao futuro do país e a respeito da idealização de uma nova Constituição.

Ainda assim, a ADR não pretendia assistir às mudanças como coadjuvante. Os ciclos de palestras de 1976 e 1977 demonstram a preocupação do grupo em discutir acerca dos rumos da democracia brasileira em um movimento que acompanhava os debates que se faziam em diversos setores da sociedade. Em 1978, a entidade solicitou ao secretário da Justiça do Rio Grande do Sul que fosse declarada de utilidade pública, e os relatórios encaminhados nos anos seguintes (1980 e 1981) sinalizam as transformações que o grupo enfrentava tanto financeiramente, quanto em suas atividades pedagógicas. Entre 1985 e 1988, o grupo divulgou material político sobre a elaboração da nova Constituição e participou da fundação de outros grupos pela defesa da “democracia”, como a Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD) em Brasília. Em suma, o grupo ainda se mostrava apreensivo em relação à ampliação dos direitos, uma vez que a incerteza do futuro remetia ao período anterior a 1964, quando João Goulart governava o país. Logo, a ameaça comunista ainda era

¹³⁷ REIS, Daniel Aarão, 2014, p. 116.

¹³⁸ Termo utilizado pelo governo Geisel no âmbito político-institucional. Ver: REIS, Daniel Aarão, 2000, p. 65.

¹³⁹ Ver: REIS, Daniel Aarão, 2014, 125-148.

uma preocupação, no entanto, estava travestida nas demandas por ampliação de direitos e pela emergência dos novos movimentos sociais.

Neste capítulo, seremos mais precisos ao abordar a ação da ADR diante do processo de redemocratização através de fontes específicas. Dividimos o capítulo em dois subtítulos para tratarmos a respeito das concepções da ADR sobre a democracia brasileira e como o grupo compreendia o processo de redemocratização através da nova Constituição. No primeiro subtítulo *A perspectiva da ADR sobre a redemocratização brasileira*, pretendemos pontuar entre 1976-1981 por meio das transcrições dos ciclos de palestras e dos processos de utilidade pública como a ADR enxergava o período ditatorial brasileiro a respeito das questões democráticas. Portanto, traçaremos qual era o ideal de democracia almejado pelo grupo, destacando suas desconfianças em relação ao processo de redemocratização. No segundo subtítulo *A redemocratização e a Constituinte de 1988 como uma ameaça à democracia*, analisaremos dois materiais distribuídos pela entidade encontrados no acervo do Arquivo Nacional. Um deles, datado em junho de 1987, é um panfleto intitulado *Ação Democrática Renovadora e o Momento Nacional*, contendo uma declaração da ADR em posição de alerta acerca do processo de redemocratização. Já o livreto intitulado *Alerta a Nação em Defesa da Democracia*, une, além da ADR, mais três grupos: a União Nacional de Defesa da Democracia (UNDD), a União Cívica Feminina (UCF) e a ABDB. Este alerta foi distribuído às vésperas da nova Constituição em 1988 e contém descontentes apontamentos dos três grupos referentes ao processo constituinte. Indicaremos, assim, quais seus receios, tolerâncias e expectativas referentes ao processo de transição política.

3.1 A perspectiva da ADR sobre o processo de transição política

Denise Gros aponta que a década de 1980 caracterizou-se por um processo de transição política, resultando em transformações estruturais que permitiram uma nova relação entre o Estado e a sociedade, marcando assim um processo de transição do regime autoritário para um desfecho incerto (GROS, Denise Barbosa, 2003, p.49). Observamos nos capítulos anteriores a forte atuação da ADR ao promover cursos, palestras e publicações midiáticas para valer-se de sua “missão pedagógica”. A partir da década de 1980, os processos de utilidade pública manifestam algumas mudanças referentes a essas atividades. No processo de utilidade pública de 1980,¹⁴⁰ a ADR já havia comunicado o encerramento do tradicional ciclo de

¹⁴⁰ APERS/RS: Processo: 1544

palestras, dificuldades financeiras e o interesse em expandir a entidade para outras cidades, enquanto o processo¹⁴¹ de utilidade pública de 1981 apresenta mudanças mais significativas ao expor o relatório de atividade da ADR correspondente aos anos de 1980 e 1981. Neste relatório, verificamos a apresentação do novo estatuto da entidade, pouquíssimos avanços na área financeira e, por consequência, a não conclusão de seu objetivo de expansão para outras cidades. Apesar disso, o novo estatuto do grupo transformou a ADR em uma entidade de âmbito nacional.

No entanto, o grupo ressalta que mesmo com as dificuldades, consideraram um período proveitoso para a fixação de seus propósitos

As sucessivas solenidades cívicas que promovemos ao longo do exercício, demonstraram clara e insofismavelmente o nosso desejo de não ficar de fora do novo contexto da abertura democrática. De haver contribuído para este consenso nacional que tem mostrado a patriótica decisão do nosso presidente de conduzir o país ao mais amplo e pleno regime democrático. Não almejamos destaque – e nem o merecemos – pelas conquistas já alcançadas. Mas não nos omitimos. Ao contrário sempre estivemos entre os primeiros arautos do regime democrático, da democracia. Por isto e para isto foi a nossa ADR fundada já em 13 de setembro de 1965. E, de lá até aqui ela tem atuado persistentemente, graças a têmpera, aos ideais e ao patriotismo de civis e militares que sempre acreditaram na cruzada da Revolução de Março de 1964 e na retomada do regime democrático. (APERS/RS: Processo: 4788)

Este relatório valida a intenção da ADR em participar do processo de transição e evidencia a apreensão referente ao seu futuro, por isso, acreditamos que a entidade estava focada em se reinventar para ingressar neste novo período. Embora não seja o objetivo desta monografia, julgamos interessante para futuras pesquisas averiguar se os significados de democracia da entidade mudaram ao longo de sua existência e se, ainda, os integrantes da ADR identificavam a “revolução” como democrática ou se democrático seria o regime que se iniciaria com a nova Constituição. O grupo cita o general João Batista Figueiredo que assumiu a presidência em março de 1979, anunciando que faria do Brasil uma democracia.¹⁴² A conclusão do relatório emite nitidamente a ideia de democracia que a ADR almejava:

Por outro lado não escondemos a alegria que anima a todos nós da ADR [...] o fato de prosseguir de forma segura os altos propósitos do seu chefe supremo, o Presidente João Batista Figueredo, de “fazer deste país uma democracia”. Exatamente neste propósito foi que se decidiu fundar a Ação Democrática Renovadora – ADR -, que hoje como ontem temos a honra de presidir, como temos a honra, muitos de nós, de tela fundado, à 13 de Setembro de 1965. Continuemos pois em nossa caminhada, sem desvios e sem titubear. Continuemos ainda em busca dos altos propósitos que inspiraram a Revolução de 1964, que outros não foram senão os de recolocar o Brasil nos caminhos da verdadeira democracia, da mesma democracia

¹⁴¹ APERS/RS: Processo: 4788

¹⁴² NOGUEIRA, André Magalhães. Verbete: Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/assembleia-nacional-constituente-de-1987-88>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

que almeja o Presidente Figueredo, pois que não havendo outra, fora dela não há salvação. Haverá é ditadura. Ou da esquerda ou da direita. (APERS/RS: Processo: 4788)

Assim como o discurso ideológico de muitos grupos anticomunistas que contribuíram com o golpe civil-militar de 1964, o período da “revolução” foi, segundo a ADR, fundamental para salvaguardar a democracia da ameaça comunista, simbolicamente representado pelo governo de João Goulart. Além disso, a transcrição da fala do professor Sergio Ferraz¹⁴³ no III ciclo de palestras em 1977, evidencia a ideia de que, para ele, existia democracia durante o processo ditatorial. Ele justifica a repressão do Estado em defesa desse ideal, e afirma que é possível existir democracia mesmo com o poder executivo tendo em suas mãos uma parcela do legislativo, visto que

[...] o pior dos regimes terá sempre o pior dos defeitos. O que fazer, então, com o conceito de democracia no Brasil? Em primeiro lugar, afirmá-lo. Existe democracia no Brasil! [...] é a democracia possível, é a democracia que o nosso lastro cultural permite realizar. É possível que, quando tivermos um substrato cultural melhor, essa democracia possa ser melhorada, e seguramente o será como consequência. (AÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA, 1977, P.35)

Como observamos nos capítulos anteriores, o estatuto da ADR continha como principal finalidade a propugnação da estabilidade do regime democrático, portanto, acreditamos que, para a ADR, a democracia estava sendo preservada com a “Revolução” de 1964, apesar de Sergio Ferraz admitir que a “democracia” pós-golpe civil-militar não era a ideal, sua existência permanecia uma realidade. No boletim informativo¹⁴⁴ da ADR de 1987, o general Ramão Menna Barreto, membro da ADR, escreveu um texto intitulado, *Permanência no Poder*, em que, além de recomendar a leitura do livro *Rompendo o Silêncio*, de Carlos Alberto Brilhante Ustra para justificar o combate a atuação “subversiva”, trata acerca do tempo em que os militares permaneceram no poder ao alegar como necessário para a consolidação da “Revolução”

Outro ataque muito lançado: a permanência no Poder dos Governos da Revolução. Em verdade, não estava prevista para os governos militares a duração que tiveram, mas foram forçados a isso. Feita uma Revolução é necessário que se realize sua consolidação. Conquistado o terreno este deve ser mantido. Seria muito infantil acreditar que, feita uma revolução, em seguida seria permitida a volta daqueles que a provocaram. Os governos da Revolução foram inquietados por sérios revides, sérias ameaças: atentados à bomba, assaltos a bancos, seqüestros, distúrbios com o intuito de desestabilizar o Governo, em tal número, que seria difícil relatar aqui, neste curto espaço de tempo. [...] Assim, apesar da propaganda por certos partidos políticos, a verdade é que a Revolução abandonou livre e espontaneamente a sua fase institucional para ingressar na constitucional, satisfazendo assim, o desejo de todos, inclusive da própria Oposição. (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048)

¹⁴³ Não temos informações se o professor Sergio Ferraz foi membro da ADR, sabemos somente que ele foi palestrante do III ciclo de palestras oferecido pela ADR. A transcrição de sua palestra carrega o título, *A democracia e o desenvolvimento*.

¹⁴⁴ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048.

Em suma, Ramão Menna Barreto conclui em nome da ADR que o governo militar foi necessário e perdurou por um longo tempo em decorrência da ameaça subversiva. Ainda assim, Barreto mostra-se de acordo com o processo constitucional brasileiro e sinaliza o ingresso constitucional do Brasil como uma decisão natural da “Revolução”. Não foram consideradas neste relatório as inúmeras manifestações que ocorreram no início da década de 1980, como, por exemplo, o movimento das “Diretas Já”, que mobilizou milhões de pessoas no país.¹⁴⁵ Ramão Menna Barreto, apesar de apontar uma crise financeira que a teria prejudicado em 1981,¹⁴⁶ também não relaciona no boletim informativo a necessidade do processo Constitucional com a recessão econômica brasileira que marcou os primeiros anos da década de 1980.¹⁴⁷

No entanto, a ADR posteriormente se mostrou descontente em relação ao caminho que a nova Constituição brasileira estava seguindo. Ainda que a avaliação da ADR do processo constitucional fosse positiva e, na compreensão do general, fosse um resultado das ações da “revolução”, posteriormente a ADR manifestará seu descontentamento com a constituinte e a Constituição, tema do próximo item.

3.2 A transição política e o processo constitucional como uma ameaça à democracia

Carimbado com a palavra “confidencial”, no documento nº015048 do acervo do Arquivo Nacional consta a informação de que em 1987 o ex-deputado federal da ARENA e suplente a deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS), Rubens Ardenghi¹⁴⁸ estava distribuindo - em seu escritório em Porto Alegre, localizado na Praça Marechal Deodoro, popularmente conhecida como Praça da Matriz - o boletim informativo nº1 referente ao ano de 1987 da ADR, além de [...] o panfleto (Z7) “ADR E O MOMENTO NACIONAL”, no qual, em nome da Diretoria e associados, são propostas medidas para se contraporem ao “crescente estágio atingido pela subversão no país” e “em defesa dos valores democráticos”.¹⁴⁹

O panfleto, a *ADR e o Momento Nacional* evidenciam que, apesar de em um primeiro momento a ADR estar de acordo com o processo de redemocratização, o grupo acreditava

¹⁴⁵ MORAES, Gilmar Ferreira, 2007, p.32.

¹⁴⁶ No processo nº4788, consta no relatório de atividades pedagógicas e sociais da entidade que a crise financeira no Brasil durante o período entre 1980-1981, prejudicou a entidade financeiramente, não permitindo o ingresso de novos integrantes ou maiores investimentos (APERS/RS: Processo: 4788).

¹⁴⁷ MORAES, Gilmar Ferreira, 2007, p.38.

¹⁴⁸ Não sabemos se Rubens Ardenghi era membro efetivo da ADR.

¹⁴⁹ Arquivo Nacional/RS: Processo: 15048.

que a elaboração da nova Constituição estava se configurando como uma ameaça à ordem e à democracia que, para seus membros, até agora fora zelada pelas Forças Armadas.

A democracia brasileira, no estágio em que se encontra, às vésperas da promulgação de uma nova Constituição, não se sustentará, não sobreviverá, sem ter os que a defendam permanente e eficientemente, dentro e fora do Governo. Pois o Comunismo Internacional pode ter mudado de tática, mas não de técnicas e objetivos. Pois a sua essência é violentamente revolucionária. Ele aí está vivo, atuante, cada vez mais poderoso. A guerra que a subversão faz a democracia brasileira atinge a Nação por todos os lados, em todas as frentes. Podemos comparar nossas instituições democráticas a um forte a que temos todos nós, brasileiros e patriotas, o dever de defender contra um inimigo astuto e poderoso. Vemo-nos cercados e atacados. E só poderemos oferecer uma resistência vitoriosa se tivermos confiança em nossa causa e no comando ao qual cabe orientar e dirigir nossas ações. Esses inimigos que nos cercam, esquerdistas de vários matizes e revolucionários radicais, podem não estar acordes entre si a respeito do que fazer depois que o forte for tomado. Todos eles, porém, estão sintonizados no combate que oferecem ao forte e no empenho de sua derrubada. (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo:15048)

A ADR conservava a ideia do comunismo como uma ameaça enraizada no país, sendo a construção da nova constituição uma abertura para os grupos subversivos atuarem na sociedade de maneira constitucional, simbolicamente retratados pelos grupos opositores ao regime ditatorial. O grupo acreditava ter o dever de manifestar sua preocupação em relação à abertura política, uma vez que havia um conflito ideológico dentro da própria Assembleia.¹⁵⁰ Portanto, para honrar sua “missão pedagógica”, o grupo listou algumas medidas que julgava importante para alertar às elites políticas acerca da “grave” situação:

- focalizar a atenção do Sr. Presidente da República para o avançado estágio atingido pela subversão, admitida a hipótese de que isto ainda não tenha ocorrido em virtude de sua intensa preocupação com problemas outros, de ordem política e econômica;
- reforçar substancialmente as forças políticas que defendem, com a necessária convicção, os valores democráticos e que se situem, dentro da Constituinte, no “Centro Democrático”;
- convocação pelo Sr. Presidente, de uma ou mais reuniões de alto nível, incluindo Ministros de Estado, Governadores e lideranças políticas, na qual seria feita uma exposição sobre a realidade do fenômeno subversivo, em toda a sua extensão e profundidade, seguida de uma demonstração, através de documentos, informações e outras evidências, que, de forma clara e insofismável, firma a convicção de que o problema existe e é grave. (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo:15048)

Estas medidas demonstram o ímpeto da ADR em participar diretamente no cenário político brasileiro. Para reforçar, a entidade sugere expor atividades subversivas como:

- comprovada a função agitada C.G.T. - CUT e sua ação sobre os sindicatos e associações de classe (FRACAB, Centros de Professores e outras), a fim de assegurar o domínio e a manipulação das massas. Seu estímulo às invasões rurais e urbanas: acirramento da luta de classes e preparativos para uma greve geral.
- a Igreja progressista e suas ligações com alguns partidos políticos de falsa ideologia. A Igreja Popular do tipo vigente na Nicarágua como objetivo dos progressistas. Participação de Comunidades Eclesiais de base e das Pastorais da Terra na subversão;
- a generalização das greves, passeatas e manifestações de massa como instrumentos da subversão;

¹⁵⁰ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048

- o assalto à Educação através da infiltração nos órgãos administrativos, nas Universidades e escolas, com a conseqüente formação de marxistas ou pré-marxistas, paradoxalmente sob a égide de um estado que pretende ser democrático;
- a sistemática desmoralização da autoridade;
- o apoio de entidades do exterior, que incluiria instruções e recursos para o desenvolvimento da subversão;
- outras atividades, que os órgãos da informação terão melhores condições de caracterizar. (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo:15048)

Assinada por Oscar Luiz da Silva, presidente de honra; Clóvis Stenzel; Jarí Pacheco Carvalho; Fernando Villarinho; Salvador Luiz Abech; Helio Victor Bins; Adão Silveira Borges; Pedro Maria Souza Boletto; Cyro Flores de Vargas; Carlos Alberto Lacerda e o presidente oficial em exercício, Ramão Menna Barreto, este alerta caracteriza a atuação popular de grupos sociais como políticos opositores, professores e até mesmo grupos católicos, que clamam pelo processo de redemocratização, como subversivos e de caráter marxista; logo, para a entidade, antidemocráticos. Nitidamente, a democracia que a ADR almejava não estava de acordo com os clamores das oposições.

O descontentamento da ADR desencadeou em uma carta datada em 15 de julho de 1988, em que o general Henrique C. de Assunção Cardoso, presidente do Conselho Deliberativo da UNDD, envia ao Ministro-Chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, um documento com a participação da ADR, da UCF, de São Paulo e da ABDD de Brasília. Este documento é chamado de *Alerta à Nação em Defesa da Democracia*, com a seguinte justificativa ao Ministro-Chefe do SNI

Esclarecemos a V. Excia. que a decisão da elaboração do documento em pauta e sua ampla distribuição, inclusive às autoridades governamentais, civís e militares, aos Constituintes e, ainda, aos mais variados segmentos que compõem a grande Nação Brasileira. Prendeu-se à enorme preocupação, que a todos atinge e perturba, face à expectativa quanto às conseqüências que a nova Constituição, ora em elaboração, poderá trazer ao País.

Temos a convicção, porém de que ainda seja possível evitar os graves danos que, necessariamente, se abaterão sobre a Nação Brasileira, caso esse projeto, de nítidos perfís socializantes e anti-patrióticos, seja aprovado nos termos em que ora se apresenta. (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 67428)

Com o objetivo de salvaguardar os interesses da Nação Brasileira, do bem-estar e da tranquilidade do seu povo,¹⁵¹ as quatro associações trazem neste documento apontamentos acerca das decisões referentes à constituinte que julgavam condenáveis. Para os grupos, a construção da Constituição estava a mercê de uma minoria empenhada em perturbar e destruir a estrutura nacional e, assim, erguer a figura de um monstro: o totalitarismo despótico, escravocrata e imperialista da “esquerda”, que se alimenta da liberdade e da dignidade humana.¹⁵² Além disso, o grupo afirma que o Presidente da República e alguns

¹⁵¹ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 67428

¹⁵² Ibid.

ministros militares também consideravam preocupantes à parte do texto constitucional que havia sido aprovada até então, visto que, os trabalhos da Constituinte foram dominados por “minorias radicais socialistas” e grupos filiados aos partidos comunistas. Há uma listagem de todos os elementos propostos pela comissão de sistematização da Constituição, considerados prejudiciais ao país

- a supressão de qualquer tipo de censura, a chamada liberdade de manifestação cultura, geradora evidente da imoralidade, da licenciosidade, da corrupção da juventude e mesmo da violência que já recrudescera, face à aprovação de norma constitucional que cerceia a ação da autoridade repressora;
- o direito de voto dos menores, a partir dos 16 anos, os quais, necessariamente, serão alvo fácil das manipulações políticas inescrupulosas;
- a extensão irresponsável do direito de greve aos trabalhadores nos serviços essenciais e aos funcionários públicos, e vidente geradora de inquietação e de agitação, afetando diretamente a tranquilidade do povo e incidindo, negativamente, na atividade produtiva do País;
- o aumento do prazo de licença remunerada para a gestante, acompanhada da, até ridícula, concessão de licença remunerada para o marido, evidentemente problemas futuros de desemprego, para os pretensos beneficiados. (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 067428)

A democracia defendida pela ADR era restritiva e demonstrava o conservadorismo da instituição quanto ao voto, ao direito à manifestação e quanto à greve. Não eram temas aleatórios, de sorte que são pontos que dizem respeito a como a população deveria se comportar no espaço público. Já em relação à economia, acrescentam:

- No campo econômico [...] a tônica das normas aprovadas concentrou-se na deterioração do sistema capitalista vigente no País, através de decisões que objetivam determinar sua falência a médio prazo. Podemos citar, entre outras:
- aquelas que afetam profundamente, a estrutura e a atividade da empresa privada, alicerce e base do desenvolvimento econômico e do progresso no regime de livre iniciativa;
 - as dúbias definições de empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, passíveis de interpretações, elas geradoras de preocupações e retraimentos dos investimentos estrangeiros;
 - o posicionamento ultra-chauvinista, com referência à exploração e do aproveitamento dos recursos minerais, em frontal prejuízo do desenvolvimento e da aceleração da recuperação econômica brasileira;
 - a despropositada limitação dos juros bancários, já condenados por todas correntes de economistas;
 - as Reformas Agrárias e urbana, nos termos altamente polêmicos em que foram colocadas, geradoras de lutas de classes e de aceitação, no campo e na cidade, felizmente em grande parte, contornadas;
- E ainda, as insidiosas tentativas das minorias extremadas propondo alterações na tradicional missão das Forças Armadas, procurando limitar sua ação à defesa contra o inimigo externo, excluindo, portanto, sua efetiva participação no campo da Segurança Interna. (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 067428)

Percebe-se que o *Alerta à Nação em Defesa da Democracia* demonstra que os grupos opositores atuantes na elaboração da nova Constituição eram considerados minorias diante ao resto do país. Ou seja, de acordo com a UNDD, UCF, ABDD e a ADR, os avanços constitucionais desagradavam à maioria do povo brasileiro, trazendo um período de

incertezas, tumulto, crises econômicas e instabilidade política.¹⁵³ Segundo o panfleto, a economia brasileira também estava ameaçada, bem como o sistema capitalista vigente e a “exclusão” das Forças Armadas na participação da segurança interna do país. Ao final do panfleto, o grupo faz uma retrospectiva da história ditatorial brasileira, extremamente saudosista à “Revolução” de 1964, finalizando em protesto:

Devemos esclarecer, em alto e bom som, que existe sim, um golpe em andamento. Existe, sim, um golpe hábil e pacientemente articulado. Existe sim, um golpe em vias de ser consumado contra esta grande Nação, contra seu povo, contra suas instituições democráticas, contra seu espírito cristão, contra sua economia, contra seu desenvolvimento, contra seu progresso, contra seu futuro e contra as gerações que surgirão. Existe, o golpe branco, prestes a ser concretizado comandado pelas minorias extremadas de “esquerda”, pelos socialistas e pelos marxistas instalados na Constituinte, e que não encontram oposição, à altura, de uma maioria que, apesar de democrata, não dispõe da necessária vontade de articulação. (ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 067428)

Segundo Jorge Zaverucha,¹⁵⁴ o regime autoritário por meio do Congresso Nacional redigiu uma nova Constituição como parte da transição política para um Estado democrático. Conhecida popularmente como a “Constituição Cidadã”, Zaverucha afirma que a nova Constituição de 1988 é uma das mais longas do mundo, contendo 254 artigos e 2.084 disposições, variando entre artigos, alíneas, parágrafos e incisos.¹⁵⁵ De acordo com Daniel Aarão Reis, ao final de 1987, foi entregue ao presidente da Constituinte uma primeira versão da Constituição intitulada “Projeto A”. Acreditamos que a reação destes grupos está relacionada a esta versão, já que várias lideranças se mostraram insatisfeitas com sua redação, inclusive constituíram um grupo de parlamentares conservadores de diversos partidos¹⁵⁶ para discutir melhor os temas propostos, principalmente os direitos trabalhistas, a política da reforma agrária e a organização do sistema financeiro, fato que posteriormente radicalizou as disputas constituintes.¹⁵⁷

Outro fator relevante é a resposta de Ivan de Souza Mendes, Ministro-Chefe do SNI, ao general presidente do Conselho Deliberativo da UNDD. Em uma carta à mão, o ministro mostra-se atento as reflexões levantadas pelas entidades e sublinha a importância de entidades democráticas participarem de movimentos que influencie o andamento da

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). O que Resta da Ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p.41.

¹⁵⁵ Ibid, p.45.

¹⁵⁶ Daniel Aarão Reis cita os partidos conservadores denominados de centro-esquerda, como o Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Democrático Social (PDS), PTB, Partido Liberal (PL), Partido Democrata Cristão (PDC) e alguns líderes do Partido Democrático Trabalhista (PDT).

¹⁵⁷ REIS, Daniel Aarão, 2014, p.159.

Constituinte e ao final enfatiza, [...] *O tempo é muito curto e estamos nos momentos decisivos. Continue a luta, aqui também estou fazendo o máximo que posso.*¹⁵⁸

Julgamos importante ressaltar que uma série de entidades organizativas da sociedade civil que se reivindicam defensoras do ideal da “Revolução de 1964”, escreveram diretamente para o chefe do SNI. Isso demonstra, ainda, uma articulação entre setores que se beneficiaram da ditadura com um dos principais órgãos do aparato de repressão e informações, um órgão vinculado diretamente ao gabinete do presidente da República.

¹⁵⁸ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 67428

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos compreender a atuação da ADR durante a ditadura civil-militar brasileira. Através das atividades de caráter pedagógico desenvolvidas pela entidade, procuramos traçar sua formação ideológica, bem como a posição política do grupo referente à democracia brasileira a partir de 1964. Podemos concluir que a ADR contribuiu para o processo de legitimação da ditadura civil-militar por meio das discussões que o grupo promovia para refletir acerca da situação política e socioeconômica do país, compreendendo o período ditatorial de 1964 a 1985 como uma *Revolução*.

O golpe civil-militar contra a democracia brasileira e contra o presidente João Goulart possibilitou a fundação da ADR como uma organização auxiliar ao governo ditatorial, que objetivava alertar à população gaúcha acerca dos benefícios de um governo comandado pelas Forças Armadas. Percebemos que suas atividades se baseavam em uma “missão pedagógica”, visando ao combate ao comunismo e às ideias extremistas presentes no país. Ademais, salientamos a heterogeneidade de seus membros. Podemos observar que os sócios da ADR representavam não somente às Forças Armadas, como também setores civis compostos por empresários, intelectuais e/ou universitários. Portanto, salientamos a escolha do termo civil-militar para caracterizar o período ditatorial brasileiro, visto que concordamos que a ditadura brasileira se efetivou justamente pela aliança entre grupos militares e civis.

Para tal, salientamos a presença de sócios da ADR que atuavam no Rio Grande do Sul, também como empresários. Observamos que grupos como a FIERGS se relacionavam diretamente com o governador Ildo Meneghetti e contribuíram para o golpe. Além disso, apontamos a vinculação de alguns membros da ADR com o IPESUL, a FEDERASUL e a FARSUL. Demonstramos também que enquadrar a ADR somente como uma entidade anticomunista se mostrou insuficiente para abranger todas as características da organização. Assim, para auxiliar na sua conceitualização, utilizamos o conceito *think tank* para destacar algumas peculiaridades do grupo que somente o conceito de “entidade anticomunista” não alcançaria.

Atrelado a este cenário, pontuamos a presença da ADR em jornais que circulavam no Rio Grande do Sul, evidenciando o uso deste mecanismo para a disseminação do discurso ideológico proferido pela entidade. Também acompanhamos a atuação da ADR através dos ciclos de palestras divulgados em nível nacional, convidando palestrantes que estivessem comprometidos com os ideais da “Revolução de 1964”. Tais práticas demonstraram como a ADR operava para disseminar suas práticas de cunho pedagógico na sociedade gaúcha.

Ao final, foi possível estabelecer um corte temporal entre 1979 e 1988, que alcançasse a visão da ADR em relação ao processo de redemocratização brasileiro. Foi possível observar, por meio da análise de um material de alerta à população brasileira divulgado pela ADR unida a outros grupos de cunho anticomunista, a vontade da entidade em participar da reabertura política, ao mesmo tempo em que se preocupava com a construção da nova constituição.

Acreditamos que, através desta pesquisa, possibilitamos a compreensão a respeito da constituição da ADR, sua relação ideológica com a ditadura civil-militar, a atuação do grupo através dos ciclos de palestras e da coluna jornalística *Democracia em Ação*, além de sua perspectiva sobre o processo de redemocratização que estava construindo uma nova constituição para o país. Além disso, procuramos colaborar com estudos referentes à ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul e com pesquisas que sinalizam a participação de grupos civis durante o processo ditatorial brasileiro. Em suma, acreditamos que a nossa pequena contribuição para escrever a história da ADR não esgota as inúmeras possibilidades de pesquisa que as fontes a respeito da ADR proporcionam.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARQUIVOS PESQUISADOS:

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – Fundo Secretaria da Justiça do Rio Grande do Sul: Processos de Utilidade Pública

Arquivo Nacional – Fundo: Serviço Nacional de Informações (SNI)

Biblioteca do Arquivo Nacional – Hemeroteca Digital

FONTES APRESENTADAS:

Acervo Jornalístico:

ACÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. A formação moral do povo. Diário de Notícias, Porto Alegre, p.4, 19 fev. 1970.

ACÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. Democratização ou Redemocratização. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, p.4, 04 nov. 1967.

ACÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. Valores espirituais e morais da democracia. Diário de Notícias, Porto Alegre, p.4, 03 nov. 1968.

CORREIO DA MANHÃ. Indicador: Leopoldina. Rio de Janeiro: 2º caderno p.4, 4 de abril de 1967.

FAGÁ, Marcelo. Em nome da moral a arte foi despejada. República, Rio de Janeiro, p.11, 27 out. 1979.

TRIBUNA DE IMPRENSA. O general e a política. Rio de Janeiro, p.5, 9 abril 1978.

ZERO HORA. Fábio Araújo Santos, maior liderança do Rio Grande do Sul por duas décadas. Porto Alegre, 12 de março de 2009. Disponível em <https://issuu.com/tradesign/docs/tradesign_fabioaraujosantos> Acesso em 25 de novembro de 2017.

Digital Repository: Brown University Library

Biographic Information: Fábio Araujo Santos, President of the Chamber of Commerce of Porto Alegre" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

Processos de Utilidade Pública – Fundo: Secretaria da Justiça do Rio Grande do Sul

1544

3283

4788

Processos do Serviço Nacional de Informações (SNI)

APA_ACE_12278_85

APA_ACE_15048_87

APA_ACE_67428_88

Sites pesquisados:

ANTONELLI, Diego. Conheça o coronel Ustra, homenageado por Bolsonaro e chefe do temido DOI-Codi. Gazeta do Povo: 22 abril 2016. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/historia/conheca-o-coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-e-chefe-do-temido-doi-codi-8sed82y14k1b2hnuu1yxk5pnb>>. Acesso em 13 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Casa civil, 26 jan. 1970. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De11077.htm>. Acesso em 13 out. 2017.

CALICCHIO, Vera. Verbete: Atos Institucionais. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>> Acesso em: 19 nov. 2017.

Consulta CNPJ n°87.934568/0001-68. Disponível em <https://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao2.asp> Acesso em: 19 nov. 2017.

COUROMODA. Sindilojas Porto Alegre celebra 75 anos. Disponível em <<http://couroportal.couromoda.com/noticias/press/sindilojas-porto-alegre-celebra-75-anos>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

EUSOUFAMECOS. Famecos perde o seu primeiro diretor. Disponível em <<http://eusoufamecos.net/portal/noticias/famecos-perde-seu-primeiro-diretor/>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

FEDERASUL. Ex Presidentes. Porto Alegre. Disponível em <<http://www.federasul.com.br/federasul/ex-presidentes/>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

GAÚCHAZH. Justiça aceita recurso contra mudança de Avenida Castelo Branco para Legalidade. 01 set. 2017. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/09/justica-aceita-recurso-contramudanca-de-avenida-castelo-branco-para-legalidade-9885528.html>> Acesso em 13 dez. 2017.

GOULART, Antonio. O gaúcho que laçou o avião. Disponível em <<https://espacovital.jusbrasil.com.br/noticias/100155941/o-gaucha-que-lacou-o-aviao>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. História da PUC (1978-1998). Porto Alegre: EDIPUCRS, v.3 p.116, 1999. Disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5963>> Acesso em: 25 nov. 2017.

JÚNIOR, Olavo Brasil de Lima. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-democratico-brasileiro-mdb>> Acesso em 19 nov. 2017.

MUTTI. Menção Honrosa do Exército Brasileiro (EB) em favor de Armindo Beux (In Memoriam), Inventor e Projetista Militar. Disponível em <<http://www.planobrazil.com/mencao-honrosa-do-exercito-brasileiro-eb-em-favor-de-armindo-beux-in-memoriam-inventor-e-projetista-militar/>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. Antônio Carlos Berta vai dirigir a ACPA. Porto Alegre, nº1129, p.40, julho de 1978.. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=28314>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

_____. Posse do Novo Presidente. Porto Alegre, nº1153, p.47, 1980. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=28314>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

SANGERS. Histórico. Disponível em <<http://www.sengers.org.br/site/historico.php>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

SANTA. Obituário. Santa Catarina: 2014. Disponível em <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/obituario/paulo-de-souza-jardim-76902.html>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

SILVA, Juremir Machado da. Imprensa gaúcha ajoelhou-se diante dos generais. Correio do Povo, 13 jun. 2015. Disponível em <<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/tag/golpe-de-1964/>> Acesso em: 20 de nov. 2017.

TATSCH, Caroline. Obra de Ruy Cirne Lima é destacada durante Encontro de Direito e Literatura. OAB-RS. Porto Alegre: 15 de agosto de 2015. Disponível em <<http://www.oabrs.org.br/noticias/obra-ruy-cirne-lima-e-destacada-durante-encontro-direito-literatura/18945>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

UFRGS. Nota de falecimento. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/filosofia/blog/2010/09/10/nota-de-falecimento/>> Acesso em 2 de novembro de 2017

NOGUEIRA, André Magalhães. Verbete: Assembleia acional Constituinte de 1987-88. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro.

VERBETE. Clóvis Stenzel. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stenzel-clovis>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

Transcrição Ciclo de Palestras

ACÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. II Ciclo de Palestras. Rio de Janeiro:s/e, 1976.

ACÇÃO DEMOCRÁTICA RENOVADORA. III Ciclo de Palestras. Rio de Janeiro: s/e, 1977.

BIBLIOGRAFIA:

ANSART, Pierre. Ideologias, Conflitos e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade Parte II: As estruturas do Estado e as graves violações entre 1946 e 1988*. Brasília: CNV, 2014.

BRAUN, Cláudio Damião. “Todos contra o PTB”: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961/1964). 2006. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2006.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Niterói: Eduff, 2014.

CAPELATO, Maria Helena. A grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014 p.304.

CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis, Vozes, 1981

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9 n. 20. p. 53. jan/abr. 2017

GROS, Denise Barbosa. Burguesia Industrial gaúcha e o Estado Nacional 1964-1978. Porto Alegre, FEE, 1987.

_____. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. *Ensaio FEE*, Porto Alegre v.38 n.2, 2008.

_____. *Institutos e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Hoiser, 2003.

HEINZ, F. M.; KORNDORFER, A. P. “Para que serve uma história social das instituições?” In: SOUTO, C.V.; KORNDÖRFER, A.P.; VIANNA, M; MORAES, T..(Org.).

Espaços de saber e poder: instituições e seus agentes na perspectiva da história social. 1ed. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2014, v. 1, p. 7-15.

JÚNIOR, Olavo Brasil de Lima. Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Rio de Janeiro.

LAMEIRA, Rafael Fantinel. O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul: A ação política liberal-conservadora. 2012. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pós Graduação em História, UFRGS. Porto Alegre, 2012.

MANSAN, Jaime Valim. Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1969). 2009. 323 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2009.

MORAES, Gilmar Ferreira. A federação da indústria do Estado Do Rio Grande do Sul no contexto da abertura 1974-1984. 2007, 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós Graduação em História, PUCRS. Porto Alegre, 2007

MORAES, Thiago de Aguiar. As organizações anticomunistas em Porto Alegre (1962-1991). In: I Jornada de Estudos sobre Ditadura e Direitos Humanos, 2011. Porto Alegre: APERS.

_____. “Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”: os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). 2012. 228 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós Graduação em História, Área de concentrações de História das Sociedades Ibéricas e Americanas, PUCRS. Porto Alegre, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012.

_____. Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura Militar: esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RODEGHERO, Carla Simone. O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. Reflexões sobre história e historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: *Vestígios do passado: A história e suas fontes* (IX Encontro Estadual de História). Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008.

SALGADO, J. A. César. José de Anchieta, o primeiro mestre-escola de São Paulo. Revista de História, São Paulo, v. 20, n. 41, mar. 1960.

THIAGO, Acácio Garibaldi S.; BORGES FILHO, Nilson; MARTORANO, Dante. A disciplina estudo de problemas brasileiros na UFSC. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 95, jan. 1984.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1988. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). O que Resta da Ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANEXOS

Tabela 01: Lista contendo os nomes de todos os membros e indivíduos que tinham relação com a ADR através das fontes encontradas.¹⁵⁹

LEGENDA:

- (A) MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.71-76
- (B) APERS/RS: Processo: 3283
- (C) APERS/RS: Processo: 1544
- (D) APERS/RS: Processo: 4788
- (E) II Ciclo de Palestras
- (F) III Ciclo de Palestras
- (G) ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048
- (H) ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 12278

MEMBROS DA ADR	RELAÇÃO COM A ADR¹⁶⁰
Cel. Adão Silveira Borges - C, D, G	Alda Cardoso Kremer - B
Gen. Adolpho João de Paula e Couto - A, B, C, D, E, H	Ari Spamm de Andrade - D
Cel. Alberto Walter de Almeida - D, G	Arthur Ferreira Filho - C
Aldo Leão Ferreira - A	Diogo de Figueiredo Moreira Neto - E, F
Alécio Langaro Ughini - C, D, G	Gen. Ferdinando de Carvalho - E
Amadeu da Rocha Freitas - A	Hans Victor Bins - E
Antônio Adolfo Manta - G	Ivo Moreira Simas - E
Antonio Loebmann - A	João de Scantimburgo - F
Antonio Pires Rodrigues - H	Jorge Boaventura de Souza e Silva - E
Armindo Beux - D	José Camarinha Nascimento - C
Bráulio Oliveira Neto - B, C, D	José Wagner Maciel Koller - D
Bruno Hartz - A	Luiz Oswaldo Leite - D
Balthazar José Bandeira - H	Manoel Braga Gastal - D
Candido José Godoy Bezerra -A, H	Manoel Gonçalves Ferreira Filho - F
Carlos Alberto Lacerda - G	Marco Antônio Kraemer - B
César Saldanha - A	Maria José Villaça - F
Cláudio Candiota - A	Cel. Milton Weirich - C
Clóvis Pasternoster - A	Paulo Alberto Pasqualini - D
Clóvis Stenzel - A, G, H	Rubens Ardengh - G

¹⁵⁹ Processos do APERS, do Arquivo Nacional, transcrição dos II e III ciclos de palestras e listagem da dissertação de mestrado de Thiago Aguiar de Moraes, ver: MORAES, Thiago Aguiar, 2012, p. 71-76.

¹⁶⁰ Apesar de não ser possível comprovar através de fontes que estes sujeitos eram membros da ADR, não descartamos esta possibilidade.

Cyro Flores de Vargas - D, G	Sérgio Ferraz - F
Dagmar Souza Pedroso - A, H	Telmo Rovira Martins - B
Enio Aveline da Rocha - A, C	Cardeal Vicente Scherer - C
Ernani Mazza Wetternick - A	
F. J. Gaeltzer - A	
Fábio Araújo Santos - A, C	
Fernando Villarinho - G	
Flávio Vellinho Lacerda - A	
Guido Navarro de Camino - A, G	
Helio Victor Bins - G	
Homero Jobim - A	
Hugo di Primio Paz - A	
Humberto Mello - H	
Ibá Mesquita Ilha Moreira - A, H	
Jacy de Souza Mendonça - A	
Jari Pacheco Carvalho - G	
Jayme Lima dos Santos - H	
João Antônio Martinez - C	
João de Souza Jardim - A	
João Pedro Ranquetat Papaléo - B	
Jorge Escosteguy - A	
José Carlos Antunes - A	
José de Abreu Fraga - C	
José Zamprogna - A	
Júlio Castilhos de Azevedo - A, B, C, D	
Leandro Palettrini - A	
Leopoldo Souza da Silveira - G	
Maximiano Rodrigues - A	
Milton Batista Pereira - H	
Nagipe Buaes - A	
Gen. Oscar Luiz da Silva - C, D, G	
Otto E. Albuquerque - B, C, D	
Cap. Ottomar Caldas Prass - C, D	
Odílio Magalhães - A	
Olmir Borba Saraiva - A	

Odílio Diniz - H	
Paulo de Souza Jardim - A	
Pedro Américo Leal - A, H	
Pedro Maria Souza Boletto - G	
Protazio de Paiva Bueno - A, H	
Ramão Menna Barreto - C, D, G	
Ruy de Paula Couto - A, G, H	
Ruy Cirne Lima - H	
Salvador Luiz Abech - G	
Sérgio de Paula Couto - D	
Cel. Telmo de Oliveira Santana - A, H	
Vitor Della Mea - A	
Waldemar Alves dos Santos - D, G	
Waldomiro Lopes - B, C	
Yeddo Blauth - A	

Tabela 02: Empresários, políticos e/ou intelectuais membros da ADR.

Membros da ADR¹⁶¹	Informações encontradas
Amadeu da Rocha Freitas	-Diretor de 1965-1966 e 2º vice-presidente de 1968-1970 do IPESUL. ¹⁶² -Possivelmente, coordenador da pós-graduação do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS entre 1978-1979. ¹⁶³
Candido José de Godoy Bezerra	-Presidente de 1965-1970 e vice-presidente de 1970-1972 do IPESUL. ¹⁶⁴
Fábio Araújo dos Santos	-Sócio-fundador e chefe do Departamento de Contato de 1962-1964 do IPESUL. ¹⁶⁵ -Compunha o conselho fiscal de 1979 da ADR. -Presidente da S/A Comércio e Indústria, da ACPA e da FEDERASUL por cinco mandatos. ¹⁶⁶

¹⁶¹ Esta tabela contém informações de alguns membros da ADR vinculados a empresas ou espaços intelectuais na sociedade gaúcha.

¹⁶² MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72.

¹⁶³ UFRGS. Coordenadores da pós-graduação. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/iph/institucional/historico-1/coordenadores-da-pos-graduacao>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

¹⁶⁴ MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72.

¹⁶⁵ MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72.

	-Dono da J.H. Santos em Porto Alegre; ¹⁶⁷
Paulo de Souza Jardim	-Diretor de 1968-1970 do IPESUL. ¹⁶⁸ -Sócio fundador da ADR; ¹⁶⁹ -Diretor da FEDERASUL, membro do conselho administrativo do Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA) e da FARSUL; ¹⁷⁰
Candido Godoy Bezerra ¹⁷¹	-De acordo com Moraes, ocupou alto cargo no IPESUL ¹⁷² concomitante a gestão de 1970 da ADR.
Yeddo Jacob Blauth	-De acordo com Moraes, ocupou alto cargo no IPESUL ¹⁷³ concomitante a gestão de 1970 da ADR.
José Zamprogna	-De acordo com Moraes, ocupou alto cargo no IPESUL ¹⁷⁴ concomitante a gestão de 1970 da ADR.
General Antônio Adolfo Manta	-Conselho fiscal e consultivo da ADR em 1987; ¹⁷⁵ -Possivelmente, presidente da Rede Ferroviária Federal. ¹⁷⁶
Alécio Langaro Ughini	-Conselho fiscal da ADR em 1979; ¹⁷⁷ -Conselho fiscal da ADR em 1981-1983; ¹⁷⁸ -Conselho fiscal e consultivo da ADR de 1987; ¹⁷⁹ -Possivelmente diretor-presidente da Ughini S/A e integrante da diretoria do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre (SINDILOJAS). ¹⁸⁰
Armindo Beux	-Segundo vice-presidente da ADR entre 1981-1983; ¹⁸¹ -Cursou a ESG em 1962 ¹⁸² ;

¹⁶⁶ ZERO HORA. Fábio Araújo Santos, maior liderança do Rio Grande do Sul por duas décadas. Porto Alegre, p.4-5, 12 de março de 2009. Disponível em <https://issuu.com/tradesign/docs/tradesign_fabioaraujosantos> Acesso em 25 de novembro de 2017.

¹⁶⁷ Ibid, p.6.

¹⁶⁸ MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.71.

¹⁶⁹ Ibid, p.72.

¹⁷⁰ SANTA. Obituário. Santa Catarina: 2014. Disponível em <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/obituario/paulo-de-souza-jardim-76902.html>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

¹⁷¹ Como na dissertação de Thiago Aguiar de Moraes, aparecem nomes semelhantes, Candido José de Godoy Bezerra e Candido Godoy Bezerra, optamos por acrescentar os dois nomes na tabela, no entanto há a possibilidade dos dois nomes estarem se referindo a mesma pessoa.

¹⁷² MORAES, Thiago Aguiar de, p.72.

¹⁷³ Ibid, p.73.

¹⁷⁴ Ibid.

¹⁷⁵ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048

¹⁷⁶ CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: 2º caderno p.4, 4 de abril de 1967 Título: INDICADOR, subtítulo: Leopoldina. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

¹⁷⁷ APERS/RS: Processo:1544.

¹⁷⁸ APERS/RS: Processo: 4788.

¹⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048

¹⁸⁰ COUROMODA. Sindilojas Porto Alegre celebra 75 anos. Disponível em <<http://couroportal.couromoda.com/noticias/press/sindilojas-porto-alegre-celebra-75-anos>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

¹⁸¹ APERS/RS: Processo: 4788.

	-Diretor do Sindicato dos Engenheiros (SENGE-RS) de 1954-1964. ¹⁸³ -Foi nomeado por Humberto de Alencar Castelo Branco para exercer o cargo de Delegado Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações do RS e de SC (DENTEL RS/SC) entre 1966 e 1971; ¹⁸⁴
Cláudio Candioti	-Sócio Fundador da ADR; ¹⁸⁵ -Possivelmente, jornalista, o primeiro diretor da Escola de Jornalismo da PUCRS em 1964, ¹⁸⁶ repórter do jornal <i>A razão</i> de Santa Maria e correspondente da revista <i>O cruzeiro</i> . ¹⁸⁷ -Possivelmente membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), fundador da Associação dos Bancos do RS, presidente da Associação do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul, assessor do Ministério da Justiça na gestão do ministro Paulo Brossard. ¹⁸⁸
Clóvis Stenzel	-Sócio fundador da ADR; ¹⁸⁹ -Primeiro vice-presidente da ADR em 1987; ¹⁹⁰ -Deputado federal pela ARENA entre 1967 e 1975; -Professor da UFRGS e presidente da TV Educativa do estado (TVE/RS) entre 1983 e 1987. ¹⁹¹
Dagmar Souza Pedroso	-Sócio fundador da ADR; ¹⁹² -Professor do Departamento de Filosofia da UFRGS; ¹⁹³
João Antônio Martinez	-Conselho fiscal da ADR em 1979; ¹⁹⁴ -Vice-presidente da ACPA em 1980. ¹⁹⁵

¹⁸² MUTTI. Menção Honrosa do Exército Brasileiro (EB) em favor de Armino Beux (In Memoriam), Inventor e Projetista Militar. Disponível em <<http://www.planobrazil.com/mencao-honrosa-do-exercito-brasileiro-eb-em-favor-de-armindo-beux-in-memoriam-inventor-e-projetista-militar/>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

¹⁸³ SANGERS. Histórico. Disponível em <<http://www.sengers.org.br/site/historico.php>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

¹⁸⁴ MUTTI. Menção Honrosa do Exército Brasileiro (EB) em favor de Armino Beux (In Memoriam), Inventor e Projetista Militar. Disponível em <<http://www.planobrazil.com/mencao-honrosa-do-exercito-brasileiro-eb-em-favor-de-armindo-beux-in-memoriam-inventor-e-projetista-militar/>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

¹⁸⁵ Ver nota de rodapé: MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, 72.

¹⁸⁶ EUSOUFAMECOS. Famecos perde o seu primeiro diretor. Disponível em <<http://eusoufamecos.net/portal/noticias/famecos-perde-seu-primeiro-diretor/>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

¹⁸⁷ GOULART, Antonio. O gaúcho que lançou o avião. Disponível em <<https://espacovital.jusbrasil.com.br/noticias/100155941/o-gaucha-que-lacou-o-aviao>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

¹⁸⁸ Ibid,

¹⁸⁹ Ver nota de rodapé: MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72.

¹⁹⁰ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 15048.

¹⁹¹ Ver verbete no acervo do CPDOC na opção verbete do tipo biográfica. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/stenzel-clovis>> Acesso em: 25 de novembro de 2017.

¹⁹² Ver nota de rodapé: MORAES, Thiago Aguiar de, 2012, p.72.

¹⁹³ UFRGS. Nota de falecimento. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/filosofia/blog/2010/09/10/nota-de-falecimento/>> Acesso em 2 de novembro de 2017.

¹⁹⁴ APERS/RS: Processo: 1544.

¹⁹⁵ REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. Posse do Novo Presidente. Porto Alegre, nº1153, p.47, 1980. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=28314>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

João Pedro Ranquetat Papaléo	-Primeiro tesoureiro da ADR em 1978; ¹⁹⁶ -Diretor da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da PUCRS. ¹⁹⁷
Ruy Cirne Lima	-Membro da ADR em 1966; ¹⁹⁸ -Secretário da Fazenda durante o governo de Ildo Meneghetti, entre 1964 e 1965; ¹⁹⁹
Enio Aveline Rocha	-Vice-presidente da ADR em 1979; ²⁰⁰ -Presidente da FEDERASUL entre 1970 e 1976; ²⁰¹ -Presidente em 1975 e vice-presidente em 1976 da ACPA. ²⁰²

¹⁹⁶ APERS/RS: Processo: 3283.

¹⁹⁷ Ver JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. História da PUC (1978-1998). Porto Alegre: EDIPUCRS, v.3 p.116, 1999. Disponível em <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5963>> Acesso em: 25 nov. 2017.

¹⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL/RJ: Processo: 12278

¹⁹⁹ TATSCH, Caroline. Obra de Ruy Cirne Lima é destacada durante Encontro de Direito e Literatura. *OAB-RS*. Porto Alegre: 15 de agosto de 2015. Disponível em <<http://www.oabrs.org.br/noticias/obra-ruy-cirne-lima-e-destacada-durante-encontro-direito-literatura/18945>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

²⁰⁰ APERS/RS: Processo: 1544.

²⁰¹ FEDERASUL. Ex Presidentes. Porto Alegre. Disponível em <<http://www.federasul.com.br/federasul/ex-presidentes/>> Acesso em 25 de novembro de 2017.

²⁰² REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. Antônio Carlos Berta vai dirigir a ACPA. Porto Alegre, nº1129, p.40, julho de 1978.. Disponível em <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=acrjrevistas&pagfis=28314>> Acesso em 25 de novembro de 2017.